

REVISTA

CASA COMUM

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

Nº. 08

JAN/FEV/MAR 2024

Levante dos garis cariocas, realizado em março de 2014, no Rio de Janeiro. Foto: Rafael Vilela



REENCANTAR A POLÍTICA: PELA MOBILIZAÇÃO DAS URNAS E DAS RUAS

PAPO RETO

"Diferença de direitos é incompatível com a democracia", afirma Luana Heinen

Pag. 16

EM PAUTA

Para além das eleições: a participação para a construção coletiva do bem comum nos territórios

Pag. 28

NA PRÁTICA

Educação política é caminho promissor para recuperar crença na democracia

Pag. 31

Acesse também
nossa revista digital



ISSN 2965-1433



9 772965 143009

01



Sumário

04 _____ EM DESTAQUE

A democracia vivenciada no dia a dia da população brasileira

16 _____ PAPO RETO

“Diferença de direitos é incompatível com a democracia”, afirma Luana Heinen

20 _____ RAIO-X

Panorama das eleições municipais de 2024: fique por dentro!

24 _____ EM PAUTA

No parlamento ou nas ruas, jovens periféricos podem fazer a diferença nas eleições 2024

28 _____ EM PAUTA

Para além das eleições: a participação para a construção coletiva do bem comum nos territórios

31 _____ NA PRÁTICA

Educação política é caminho promissor para recuperar crença na democracia

35 _____ EM PERSPECTIVA

A urgência da pauta socioambiental nas periferias urbanas

37 _____ ESTAÇÃO CRIANÇA

Crianças de Jundiaí (SP) estão transformando a cidade com suas ideias

40 _____ MOBILIZE-SE

Ferramentas para incidência junto aos(às) candidatos(as): a ação da sociedade civil nas políticas públicas

44 _____ AGENDA DE PRESSÃO

Eleições municipais 2024 e participação política: o papel do cidadão no pleito

46 _____ CIDADANIA DIGITAL

Política e campanha eleitoral na era digital

48 _____ RETRATO BRASIL

Bloco Laranja: dez anos do levante dos garis cariocas

Sobre a revista

A Revista Casa Comum é uma publicação trimestral de iniciativa do **Sefras - Ação Social Franciscana** em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes. Acesse: **www.revistacasacomum.com.br**



@RevistaCasaComum

Contato

Endereço de correspondência: Rua Rodrigues dos Santos, 831, Brás São Paulo/SP - CEP: 03009-010 Para contato com a redação: contato@revistacasacomum.com.br Site: **www.revistacasacomum.com.br**

Inscriva-se para receber nosso boletim informativo com as novidades da Revista Casa Comum. Você pode fazer parte também da Comunidade Casa Comum no WhatsApp ou receber a revista impressa na sua casa.

revistacasacomum.com.br/inscreva-se

Expediente

Realização: Sefras - Ação Social Franciscana

Diretor-presidente: Frei José Francisco de Cássia dos Santos

Coordenação geral da revista: Fábio José Garcia Paes

Coordenação editorial:

 **ESTÚDIOCAIS**
PROJETOS DE INTERESSE PÚBLICO

www.estudiocais.com.br - ISSN 2965-1433

Jornalista responsável: Daniele Próspero MTB: 39.137

Coordenação editorial: Daniele Próspero e Rodrigo Bueno

Redação: Elvis Marques, Isadora Morena e Maria Victória Oliveira

Coordenação dos canais digitais: Maria Victória Oliveira

Produção dos canais digitais: Karynna Luz e Maria Victória Oliveira

Revisão: Marta Pachiella Martinez

Projeto gráfico e diagramação: Estúdio Oto

Conselho Consultivo: Adriana Charoux, Benilda Brito, Cristiane Faustino, Eleilson Leite, Darlei Zanon, Gabriela Consolaro, Ismar de Oliveira Soares, Mario Campagnani, Moema Miranda, Sandra Quintela e Tatiana Scalco.

Comitê Editorial: Fábio José Garcia Paes, Frei José Francisco de Cássia dos Santos, Frei Vagner Sassi, Frei Marx Rodrigues dos Reis, Rodrigo Zavala e Rosangela Helena Pezoti.

Parceiros institucionais: Agentes de Pastoral Negros do Brasil, Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Educomunicação (ABPEducom), Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Agenda 2030, Articulação Economia de Francisco e Clara, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Casa Galileia, Ciranda, Coalizão Direitos Valem Mais!, Coalizão Negra por Direitos!, Coalizão pela Vida!, Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Escola de Ativismo, Escola Nacional Paulo Freire, Família Franciscana do Brasil, Frente Nacional Contra a Fome, Fórum Social Mundial, Franciscans International, Grito dos Excluídos, Instituto Peregrum, Movimento Laudato Sí, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Pop Rua, Movimento Nacional de Fé e Política, Paulus Editora, Periferia Viva, Plataforma DHesca Brasil, Rede de Advocacy Colaborativo, Rede de Trabalho Decente, Rede Jubileu Sul, Rede Nacional de Primeira Infância, Rede Brasileira de Conselhos, 6 Semana Social, Via Campesina e Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE).

Parceiro para impressão: Paulus Social

Editorial

Democracia e o pão nosso de cada dia

O título que escolhemos para este editorial apresenta a perspectiva que queremos trazer nesta edição da Revista Casa Comum. Não podemos falar em democracia sem atrelá-la ao acesso aos direitos básicos. Afinal, democracia não deveria ser meramente um conceito instrumentalizado por especialistas e, sim, uma prática que rege a vida em sociedade, sem distinção e privilégios de alguns.

A reflexão se torna ainda mais oportuna tendo em vista que estamos em pleno ano de eleições municipais – estas que atraem muito mais atenção e interesse da sociedade diante da proximidade e das urgências eminentes no cotidiano das pessoas em seus municípios – e, portanto, passamos a debater sobre o real impacto da democracia no nosso dia a dia e seus dilemas sociais e econômicos.

Mas, afinal, o que é democracia? Como podemos analisá-la neste contexto de país e de mundo? Segundo o art. 5º da Constituição Federal brasileira, *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”*

Porém, apesar de vivermos num sistema democrático e de os direitos estarem garantidos em lei, a sua efetivação parece estar longe da realidade cotidiana dos brasileiros, que ainda hoje, em sua maioria, vivem um cenário de desigualdade social estrutural. Milhares continuam sofrendo com a fome e a violência, principalmente as pessoas negras e residentes em comunidades periféricas.

Diante disso nos perguntamos: será possível existir de fato a democracia enquanto não há direitos humanos e ambientais assegurados para todos? Acreditamos que não. Por isso, temos que ter coragem e vontade de lidar com essas contradições e promovermos uma mobilização efetiva e real para a democracia.

Sabemos que, como cidadãos e cidadãs, temos à nossa disposição, como parte desse sistema democrático, o voto, instrumento constitucional para delegarmos a função pública de gerenciar e promover diretamente assuntos de interesse público para todas as pessoas. O voto tem implicação direta na vida da população. No entanto, a cada eleição, vemos a ampliação do descompromisso de candidatos com uma agenda que seja transformadora e invista em ações concretas para a superação de violações históricas e estruturais.

É evidente que as eleições municipais superam, em parte, a conhecida e enérgica disputa nacionalizada de personalidades e partidos, que hoje se utilizam de mobilizações na rua como narrativa de apoio e força política. Basta ver a Avenida Paulista, em São Paulo, como palco de manifestações, atos e comícios fora de época. As ruas sempre tiveram um papel importante como narrativa política e popular, isso pode e deve ser valorizado, mas não podemos colocá-la acima do poder constitucional das urnas.

Alguns analistas apontam que o jogo político nacional não rege o jogo político municipal, mas não podemos generalizar essa afirmação. Em especial porque há uma onda ultraconservadora, que se entrelaça com o fascis-

mo, utilizando-se de camisetas verde-amarelas, como há também um levante de resistência diante de um projeto de centro-esquerda, que se conecta à normalidade do capital, assim como de retomada de programas sociais com cores ligadas aos movimentos, sindicatos e partidos alinhados com os objetivos de uma social-democracia.

Por isso, não é possível participar do processo eleitoral municipal sem colocar na mesa essas variáveis de um cenário complexo de disputa ideológica e projeto de mundo e de sociedade que tem se alastrado e constituído nos últimos anos.

Assim, a Revista Casa Comum assume o compromisso de trazer o contexto histórico e, também, pistas práticas de mobilização para o processo eleitoral de forma crítica, comprometida e mobilizadora na família, na vizinhança, na comunidade, na escola, na empresa, na igreja, nas praças e em qualquer espaço do dia a dia.

Essa edição foi construída junto com lideranças, articulações e movimentos sociais que têm compromisso com a história e com a perspectiva da democracia, como um processo a ser construído de modo permanente sob a ótica da justiça, igualdade e equidade.

A Revista se coloca como ferramenta de sensibilização e de motivação para a mobilização de pessoas, grupos e pautas que rompam com a tendência de uma política instrumentalizada para benefício de pessoas e grupos que não assumem o dever de cuidar e defender a vida e suas múltiplas e diversas expressões e naturezas.

Somos inspirados pela convocação do grande líder mundial Papa Francisco: *“O amor, cheio de pequenos gestos de cuidado mútuo, é também civil e político, manifestando-se em todas as ações que procuram construir um mundo melhor. O amor à sociedade e o compromisso pelo bem comum são uma forma eminente de caridade, que toca não só as relações entre os indivíduos, mas também as macrorrelações como relacionamentos sociais, econômicos, políticos.”*

É preciso ocuparmo-nos da política como exercício de uma sociedade fraterna, que cuida e defende todos os seres, inclusive os não humanos. Para isso, temos a possibilidade, como sujeitos e coletivos, de encantar a política, com novas ações de mobilização e com indicações de representações que sejam mais sensíveis às dores da terra e dos mais pobres. Aqui, “pobres” são todos os excluídos, oprimidos e violentados pelo sistema político, social, cultural e econômico que vivemos.

O nosso agradecimento ao Projeto Encantar a Política, parceiro da Revista, e que, nesta edição, assumiu o compromisso de imaginar e construir o conteúdo aqui organizado de forma colegiada. Trazemos na capa desta edição e na editoria Retrato Brasil imagens em memória celebrativa aos 10 anos do Movimento dos Garis, na cidade do Rio de Janeiro, que mostrou que a democracia se constrói nas urnas, mas também na ocupação da mobilização popular.

Esperamos que esta edição chegue em tempo aonde tem que chegar, sob a utopia legal da constitucional: “Todo poder emana do povo”.

Fábio Paes

Coordenador da Revista Casa Comum

EM DESTAQUE

A DEMOCRACIA VIVENCIADA NO DIA A DIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA



Registro das eleições de 2022.
Foto: Edilson Rodrigues / Agência Senado

Em ano eleitoral, é preciso, mais do que nunca, um reencantamento com a política, a fim de construir coletivamente um país democrático, justo e inclusivo, que seja de fato para todos e todas.

Por Elvis Marques

Os 33 anos de vida de Helio Ronyvon estão ligados, desde muito cedo, a um direito fundamental garantido na Constituição Federal de 1988: a educação. Nascido em Natal, capital do Rio Grande do Norte, o jovem é graduado em Rádio e TV e mestre em Estudos da Mídia, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atualmente cursa o seu segundo mestrado na Universidade de Lisboa, em Portugal. Mas antes de poder pendurar esses títulos na parede de casa, o comunicador conheceu, aos nove anos de idade, a importância das políticas públicas educacionais.

“Eu venho de uma família pobre, com um núcleo familiar pequeno, formado por meu pai, minha mãe e o meu irmão. Quando eu tinha oito anos, nos mudamos para a periferia de São Gonçalo do Amarante, na Região Metropolitana de Natal, e sempre lutei para não cair na criminalidade e nem aceitar subempregos. E vi, na educação, uma possibilidade de realizar os meus sonhos. Os meus pais não tinham dinheiro para me colocar em escolas particulares, por isso o meu caminho na educação sempre se deu no espaço público”, recorda Helio.



Helio Ronyvon. Foto: Jomar Dantas

Para alcançar com qualidade o seu direito educacional, o jovem contou com políticas de incentivo à alimentação e aos estudos desde os seus nove anos de idade. “Eu e a minha família sempre fomos atendidos pelas políticas públicas. Recebemos o Bolsa Escola e o Vale Gás, e, depois, o Bolsa Família, além de material escolar da Prefeitura de São Gonçalo. Com esses suportes, eu podia comprar o meu material escolar e fazer aulas de natação. A minha família conseguiu administrar esse dinheiro, que, apesar de pouco, investia na minha formação e no meu futuro.”

Qual a importância das políticas públicas na vida da população?

Toda! Acesso às escolas, vagas em creches, atendimento nos postos de saúde, asfalto nas ruas, água tratada, saneamento básico, universidade pública, vestibular social, bolsas de estudos, segurança pública, vacinação, preço da cesta básica, do gás, de combustíveis, entre outros. A definição de política pública é algo amplo, no entanto, está presente diariamente na vida dos cidadãos e cidadãos de um país.

Segundo o Tribunal de Contas da União, o termo pode ser usado para determinar um conjunto de ações do Estado para atender às necessidades primárias da sociedade.

As políticas públicas, então, devem ser realizadas a partir de todas as esferas de poder de um país, de um estado ou de uma cidade: Judiciário, Legislativo e Executivo.

“Políticas Públicas são, em resumo, as medidas tomadas pelo governo para proteger os direitos das pessoas, ajudar ou prestar serviços. Seu objetivo é garantir que as pessoas gozem dos direitos garantidos por lei” – Tribunal de Contas da União.

>> Acesse: bit.ly/RCC_08_01

Com o objetivo de continuar trilhando um caminho de mudanças, Helio Ronyvon decidiu cursar o Ensino Médio no Centro Federal de Educação Tecnológica de Natal (CEFET). O problema é que ele e a sua família não tinham condições de arcar com os custos de um cursinho preparatório. O jovem recebeu uma apostila ao se inscrever para uma vaga. Esse era o material de estudos que o acompanhava de segunda a sábado, porque aos domingos ele participava de aulas públicas preparatórios no Palácio dos Esportes, na capital.

“O meu primeiro impacto ao tentar entrar no CEFET foi quando eu soube da existência de uma política de cotas sociais para estudantes de escolas públicas. Eu passei um ano só estudando, não fazia mais nada da minha vida, enquanto vários amigos precisavam trabalhar para ajudar em casa. Por fim, conquistei uma das 18 vagas destinadas à rede pública”, conta.

Após concluir o ensino no CEFET e a graduação em universidade pública, em 2014, o comunicador decidiu mergulhar em seu primeiro mestrado, também na UFRN. Uma bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) contribuiu para que Helio pudesse se dedicar apenas à formação, se manter e ajudar em sua casa. “Se eu tivesse que estudar e trabalhar, eu não daria conta, porque, muitas vezes, as aulas do mestrado mudavam de turno”, atesta.

“

Vejo que, desde os meus nove anos até onde estou hoje, é reflexo das políticas públicas e de como o Estado me auxiliou para que eu pudesse ter acesso a uma educação que a minha família não poderia pagar. A educação, por sua vez, possibilita o acesso a lugares quase que impossíveis para quem vem da pobreza”, afirma Helio Ronyvon.

Histórias como a de Helio só podem ser encontradas em uma sociedade democrática, comprometida com a garantia de direitos, a fim de que todas as pessoas, em suas múltiplas diversidades e grupos sociais, possam viver suas vidas de forma digna e livre, usufruir de seus direitos e cumprir os seus deveres. Por isso, dentre os princípios fundamentais da Constituição Federal do Brasil, são objetivos da República “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Afinal, o que é democracia?

A palavra democracia, em sua origem etimológica, vem de *demos*, que significa povo, e *kratos*, que representa poder. Pode ser conceituada, então, como governo em que o povo exerce, de fato e de direito, a soberania popular. Esse é o sistema utilizado no Brasil e em grande parte do mundo.

As eleições periódicas dos representantes da população constituem a democracia, o que permite que, a cada disputa eleitoral, haja a alternância de poder ou as reeleições. Para garantir a realização das eleições e combater fraudes e abusos, a Justiça Eleitoral foi criada em 1932.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

>> Acesse: bit.ly/RCC_08_02

De olho no ano eleitoral

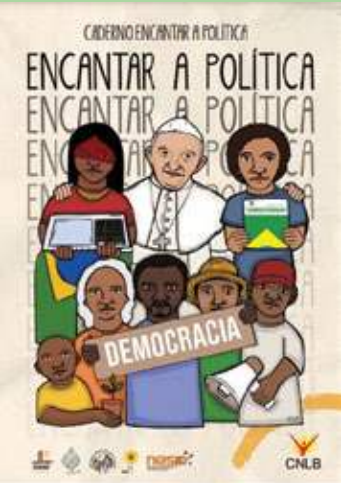
Em 2024, a população dos 5.568 municípios brasileiros irá às urnas no dia 6 de outubro para eleger prefeito(a), vice-prefeito(a) e vereador(a), e, para aquelas localidades com mais de 200 mil habitantes, o eventual segundo turno ocorrerá no último domingo do mesmo mês, dia 27.

As eleições municipais são parte importante da estrutura democrática do país, sendo na esfera local onde a população vivencia de perto os benefícios e os impactos das políticas públicas municipais, estaduais e federais, como uma reforma administrativa, aplicação dos recursos do orçamento público ou na implementação de uma campanha de vacinação.

Também é nos municípios onde a aplicação e a efetivação das leis se dá. Na cidade de São Paulo (SP), por exemplo, está em tramitação o Projeto de Lei (PL) 584, que, se aprovado, prevê medidas e estratégias para o enfrentamento ao trabalho em condições análogas às de escravo no município e a promoção do trabalho decente. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 11 meses de 2023 foram 2.847 pessoas resgatadas em situações de trabalho análogo ao escravo no estado, o maior número em 14 anos.

Já nos debates e em planos de governo de candidatos e candidatas ao Executivo e ao Legislativo municipal, devem estar presentes temas como: saúde, segurança pública, Educação Infantil, Ensino Fundamental, mobilidade, abastecimento de água e saneamento básico, moradia, meio ambiente e impactos das mudanças climáticas, como as inundações nas cidades.

Em entrevista para a Rede Brasil Atual, Nilson Hashizumi, jornalista e estrategista de campanhas eleitorais, considera que a polarização “Bolsonaro *versus* Lula” ainda deve mobilizar muitos eleitores nas próximas eleições. “Nacionalizar a disputa, no entanto, é um erro quando é preciso discutir e encontrar soluções para as cidades.” Fato é que os partidos dos dois opostos – PL e PT – devem contar com as maiores fatias do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas Eleitorais.



Dicas para participar das eleições de 2024

O caderno do projeto Encantar a Política – de iniciativa de diversos organismos religiosos do Brasil, como o Movimento Nacional de Fé e Política, com apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – apresenta alguns pontos para a população ficar de olho antes e durante as eleições deste ano. Confira:

- Ao assistir aos debates de candidato(as), prestar atenção nos planos de governo apresentados. São propostas viáveis ou mirabolantes?;
- É preciso que a escolha de candidaturas à Câmara Municipal seja coerente com a opção pelo(a) candidato(a) à Prefeitura, visto que, no atual modelo político, o chefe do Poder Executivo só governa com o apoio parlamentar;
- Verificar se as candidaturas têm disposição para realizar um mandato popular, participativo, no modelo de mandatos coletivos que emergem de novas práticas na política partidária;
- Valorizar candidaturas que representem setores e identidades que estão subrepresentadas nas Câmaras Municipais: indígenas, negros, quilombolas, mulheres, trabalhadores(as).

>> Acesse a publicação na íntegra: bit.ly/RCC_08_03



Atos golpistas em janeiro de 2023. Foto: Joedson Alves / Agência Brasil

O desencantamento com a política e os ataques à democracia

A reportagem de destaque da 4ª edição da Revista Casa Comum, relativa ao primeiro trimestre de 2023 (acesse em: bit.ly/RCC_4_EmDestaque) , destaca que, desde o processo de redemocratização do Brasil, o país nunca esteve tão próximo de uma série de tentativas de golpes de Estado, como aquelas vivenciadas no dia 8 de janeiro de 2023. Houve tentativa de explosão de uma bomba na região do aeroporto de Brasília, ônibus sendo jogado de viaduto, e as sedes do Judiciário, Executivo e Legislativo invadidas e depredadas, um prejuízo que passa dos R\$ 20 milhões. O saldo da destruição e da tentativa de usurpação do poder ainda está em andamento, confira:

- A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou 1.412 pessoas, destas, 1.156 são acusadas de incitar os ataques, 248 de executá-los e 8 agentes públicos por terem se omitido;
- Desse total, 1.354 denúncias foram aceitas pelo Supremo Tribunal Federal (STF);
- Até o dia 8 de março de 2024, 131 réus já haviam sido condenados a penas que variam de 3 a 17 anos de prisão;
- Os réus são acusados de tentativa de abolição, de forma violenta, do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, associação criminosa armada, dano qualificado e deterioração do patrimônio tombado;
- E no dia 22 de fevereiro de 2024, importantes ex-autoridades da República foram intimadas a depor, simultaneamente, à Polícia Federal pela suposta participação na tentativa de golpe: o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), os ex-ministros Braga Netto, Anderson Torres e Augusto Heleno, além do almirante e ex-comandante da Marinha, Almir Garnier.



Robson Sávio. Foto: Assessoria de Comunicação / PUC Minas

Nesse contexto, Robson Sávio, professor do departamento de Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e representante do Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp) no projeto Encantar a Política, analisa que, nos últimos anos, há um processo de desencantamento com a democracia no Brasil e em diversas partes do mundo. O acadêmico aponta uma erosão do sistema que, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, foi sendo constituído como democracia no ocidente, o qual, no Brasil, foi marcado pela Constituição de 1988.

“Criou-se no país as bases para a construção de algo que chamamos de Estado de bem-estar social, onde os princípios da dignidade humana, a redução da desigualdade, a eliminação da miséria, a inclusão social, a participação, a política das pessoas nos vários processos decisórios, de liberdade em todos os sentidos, como de expressão e religiosa”, argumenta.

Essa erosão democrática, no entanto, segundo avaliação do professor, começa a se desenvolver, no mundo e no Brasil, justamente quando o regime democrático estava começando a engatinhar por aqui. Um dos elementos responsáveis

por isso se chama neoliberalismo: “Que é uma tendência de enxugamento da ação do Estado, e uma priorização da iniciativa privada, redução dos gastos públicos, ou seja, um incentivo grande àquilo que é individual e privado em detrimento do que é público e coletivo, algo que já é uma tendência há pelos menos 30 anos nos EUA e na Europa.”

Diante desse cenário apresentado pelo educador, a sociedade começa a se desencantar de tudo o que é público e coletivo, assim também com as instituições garantidoras da democracia contemporânea; um exemplo é o que ocorreu com a sede dos três poderes em Brasília. Outro elemento que integra essa deterioração do regime, conforme Robson, é a imprensa sendo colocada em cheque com advento das redes sociais.

“**É preciso recolocar a política no seu devido lugar, ou seja, na mediação social para a construção de sociedades mais democráticas, livres, justas e inclusivas, onde cabem democraticamente todas as pessoas. E isso só acontece de forma coletiva. Precisamos ir contra essa onda do individualismo, da ideia de que o Estado atrapalha e é a iniciativa privada que resolve tudo**”, enfatiza Robson Sávio.

Extrema-direita versus democracia

O professor Robson Sávio explica que a extrema-direita trabalha com a ideia de homogeneização, ou seja, de que todas as pessoas pensam e agem igual, e trata os que pensam diferente como inimigos. Também pode ser conceituado como um fenômeno político caracterizado por elementos como nacionalismo extremo, autoritarismo e xenofobia.

“A ideia de uma guerra é permanente. Pode-se observar que em toda sociedade marcada pelo autoritarismo, as vozes divergentes são silenciadas. O problema é que os grupos de extrema-direita não suportam conviver com a diversidade, e impõe todo tipo de violência, inclusive a morte”, frisa o educador.

A partir dessa ideia de excluir ou eliminar as pessoas que pensam diferente, há a extinção da cidadania – da igualdade entre os indivíduos –, a expressão concreta do exercício da democracia.

Democracia em números

Os dados da 20ª edição da pesquisa *Panorama Político do DataSenado*, realizada em novembro de 2022, após as eleições gerais, mostram que sete em cada dez brasileiros, cerca de 73%, consideram que a democracia é sempre a melhor forma de governo. O levantamento *Datafolha*, divulgado em 21 de dezembro de 2023, segue esse mesmo patamar: o estudo mostra que 74% apoiam a democracia.

Já a revista britânica *The Economist* divulgou, no dia 14 de fevereiro de 2024, o seu índice de avaliação da democracia (*Democracy Index*) referente ao ano de 2023, o qual destaca uma tendência global de queda na qualidade democrática, chegando ao seu pior patamar desde 2006. O Brasil se manteve em posição estável, sem melhorias em relação ao ano anterior, mantendo-se com problemas a serem superados.

>> Acesse as pesquisas:

- DataSenado: bit.ly/RCC_08_04
- Datafolha: bit.ly/RCC_08_54
- Revista *The Economist* (em inglês): bit.ly/RCC_08_55

“Nós temos uma democracia insuficiente.”



Débora Rodrigues. Foto: Patrícia França / Abong

A afirmação acima surge a partir da longa caminhada pela Bahia de Débora Rodrigues, mulher negra, educadora popular, historiadora, coordenadora de Programas na Associação Vida Brasil, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) na Bahia e integrante da direção executiva da Abong – Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns. A extensa apresentação se faz necessária para entender as diferentes óticas pelas quais ela enxerga a democracia no Brasil.

Em Salvador (BA), enquanto coordenadora da Vida Brasil, uma entidade que busca fortalecer, por meio da educação e participação social, pessoas e grupos socialmente vulneráveis e excluídos, Débora observa que a democracia chega fragilizada para essa população. “A gente se depara com falhas cotidianamente, porque a democracia, para essas pessoas, não consegue chegar e garantir direitos. Isso é possível enxergar também para um segmento importante da sociedade, as mulheres pretas, chefes de famílias, trabalhadoras informais, que estão na periferia, em lugares de difícil acesso à água e ao esgoto. A democracia é essencial para nós, mas, desse ponto de vista, é possível ver que ela não consegue alcançar parcelas da população brasileira.”

Quando Débora sai de seu território baiano rumo a alguma ação ou representação da Abong, ela enxerga outro tipo de “democracia”, essa referente aos espaços de participação da sociedade, que ainda podem ser privilegiados, ou seja, para poucos. “Porque nós estamos falando de grandes organizações que têm uma característica racial e de gênero muito presente: de homens e mulheres brancos, principalmente. Desse patamar, temos uma democracia que chega diferente. Eu vejo que acessar os espaços de poder, sendo uma mulher negra, é duro, e mais desafiante é permanecer.”

“**A democracia para mim é cara, e eu luto todo dia por ela, mas até agora a qualidade daquela que eu vejo chegar nos territórios ainda não é suficiente**”,

ressalta Débora Rodrigues.

Ao analisar esses dois espaços de participação da sociedade em que atua, a historiadora aponta desafios sobre como esses debates chegam e se mantêm em evidência e com credibilidade nas instâncias de poder. “Em nosso país, temos movimentos e organizações sociais fortes, que constroem espaços de participação social qualificados, por exemplo, o Consea, que foi retomado pelo atual governo do presidente Lula. Porém, apesar de desmontado pelo último governo, os movimentos que atuam na questão da segurança alimentar e da agricultura familiar nunca abandonaram a pauta e nem essa luta, e isso qualifica o nosso debate.”

Em contraponto, Débora afirma que as populações mais fragilizadas, apesar de terem ricas experiências democráticas em seus territórios, não conseguem garantir o mesmo espaço e debate democrático junto aos três poderes. “Eu faço parte do movimento de economia solidária, e ao mesmo

tempo em que os nossos empreendimentos de mulheres, no campo e nas cidades, estão construindo ações e resistências belíssimas, ele não chega no espaço de poder com essa mesma magnitude vivida nos territórios. São movimentos que sofrem para conseguir falar em espaços democráticos de participação social.”

O que é participação social?

Garantida na Constituição Federal de 1988, a participação da sociedade na elaboração, implementação, gestão e fiscalização de políticas públicas e programas promovidos pelos governos é chamado, na legislação, de “controle social”. Essa participação pode ocorrer de diversas maneiras para além do voto durante as eleições.

Nos estados e municípios, há os conselhos gestores de políticas públicas, como os Conselhos de Assistência Social, de Saúde e de Educação. Outros exemplos de participação social são as conferências, audiências públicas, ação popular e ação civil pública.

>> A matéria *Para além das eleições: a participação para a construção coletiva do bem comum nos territórios*, na página 28, trata sobre diferentes experiências e possibilidades de influenciar a política local. Confira.

Fontes: Governo Federal e Fiocruz

Avanços democráticos após a Constituinte

Durante a Assembleia Nacional Constituinte, a qual resultou na Constituição Federal de 1988, a população apresentou mais de 72 mil propostas a serem avaliadas pelos parlamentares à época. Muitas das políticas públicas que conhecemos hoje são fruto desse processo de participação social, como o acesso gratuito à saúde.

A partir da carta magna, outras importantes medidas foram conquistadas pela sociedade, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, um marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Há muito o que se avançar em diversas pautas, não por acaso, a Constituição já recebeu mais de 140 emendas. Parecem muitas modificações, mas ao olhar para a diversidade e a complexidade da sociedade brasileira, ainda há muito o que caminhar.

Panorama: alguns avanços na garantia de direitos pós-Constituição Federal de 1988

 Educação	• universalização do acesso à educação garantido na Constituição; • acesso à educação básica obrigatória e gratuita; • criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para a manutenção da política pública educacional; • produção científica no Brasil desenvolvida, em cerca de 90%, dentro das universidades públicas.
 Saúde	• criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantia na Constituição do acesso universal à saúde; • mais de 150 milhões de pessoas dependem exclusivamente do SUS; • implantação de diversos programas nacionais de combate e erradicação de doenças, como sarampo, tétano neonatal, rubéola, malária e outros; • coparticipação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios no financiamento das ações e serviços de saúde pública, e estabelecimento de limite mínimo para investimentos na área.
 Trabalho e renda	• manutenção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e ampliação de direitos trabalhistas; • proibição de qualquer tipo de discriminação quanto a salário e critérios de admissão de trabalhador(a) portador(a) de deficiência; • proteção contra a despedida arbitrária, ou sem justa causa, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho prestado, 13º salário, licença maternidade e paternidade; • livre organização sindical, inclusive para servidores públicos, e direito à greve.
 Assistência Social	• a Seguridade Social passa a ser um direito para todos aqueles que dela necessitam, e não um benefício do Estado ou da sociedade; • instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira; • integração de políticas públicas, como de saúde e previdência, em um sistema de proteção social; • criação e implementação de programas de transferência de renda.
■ Em artigo da coluna Paulus Social no <i>site</i> da Revista Casa Comum, a assistente social e pedagoga Silvia Aline Ferreira analisa como os planos de governo dos candidatos às prefeituras devem materializar a política de assistência social enquanto direito de todos. Confira: bit.ly/RCC_08_57 ➡	

Fontes: Tribunal Superior do Trabalho (TST), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Governo Federal, Fiocruz e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Organização popular na defesa e aperfeiçoamento da democracia

Resguardada na Constituição, a participação social, como visto anteriormente, se dá de múltiplas formas num regime democrático, e uma delas é por meio da organização

popular, seja em associações, grêmios, movimentos sociais, pastorais, fundações, organizações não governamentais, institutos e outros. São grupos sociais essenciais para o pleno funcionamento do regime democrático.

“No campo dos direitos humanos são centenas de grupos diversos, assim como os que atuam em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. São milhares de organismos vivos, que mostram justamente a diversidade e

a capilaridade de atuação da sociedade civil”, frisa Robson Sávio. Para o professor, no entanto, o grande desafio atual é a mobilização da “militância”, que, segundo ele, passou a atuar preferencialmente nas mídias digitais.

“Está difícil agregar, mobilizar e criar grupos de pessoas para atuarem como mobilizadores e defensores de direitos, inclusive no meio religioso. Vejo uma parcela da população participando intensamente na hora de votar, mas, após as eleições, há uma desmobilização, e uma reprodução de uma ideia de que o Estado não compensa, de que todo político é ladrão. Acredito que o grande desafio contemporâneo é entender as novas formas e estratégias de mobilização e adesão às causas, inclusive de como incluir pessoas de diferentes grupos da sociedade”, argumenta o educador.



Orçamento público e a relação com as políticas públicas

Produzida pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a *Coleção Agroecologia e políticas públicas: subsídios para a incidência nos municípios*, esmiúça o orçamento público e a sua relação com as políticas públicas nacionais. Essa rede destaca que é de suma importância que a sociedade, movimentos sociais, coletivos, associações, entre tantas outras organizações, entendam mais sobre as ferramentas de planejamento e ciclos do orçamento público.

“Essas são questões essenciais para garantirmos que as nossas conquistas sejam efetivamente executadas, ainda mais com as eleições municipais se aproximando”, pontua a ANA. Uma das cartilhas que integra a coletânea apresenta, de forma didática, os principais conceitos relativos ao orçamento, as formas de acessar informações e de incidir sobre a construção e a execução dos orçamentos públicos municipais, assim como algumas experiências de incidência nesse campo.

>> Confira a publicação na íntegra: bit.ly/RCC_08_05 ➡

Débora Rodrigues entende, principalmente a partir de suas andanças pelo Nordeste, que a importância da população e dos movimentos e organizações sociais vai muito além do voto, das eleições ou da defesa “intransigente da democracia”. Ela enxerga, nas experiências de vida e de luta de todos esses atores, a matéria-prima para a formulação e construção de políticas públicas.

Um dos exemplos citados por Débora é o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) do governo federal, cujo objetivo é a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. Entretanto, como exemplifica a historiadora, antes de se tornar uma política de estado, o projeto se origina de um saber e fazer popular.

“A participação social é construída na experiência e na vivência do povo. Mas é necessário tomar cuidado e pensar que tipo de espaço de participação social nós queremos, porque o conceito dá espaço para tudo, inclusive para extremistas que defendem golpes. Há muito tempo que nós fazemos a avaliação de que os conselhos precisam ser repensados enquanto uma conquista da sociedade”, pondera a historiadora.

Fé, política e democracia



Dom Giovane Pereira de Melo. Foto: CNBB

Integrante do projeto Encantar a Política, Dom Giovane Pereira de Melo, bispo de Araguaína (TO) e presidente da Comissão Episcopal para o Laicato da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), explica que o projeto surge em um contexto no qual a Igreja Católica não se furta de participar ativamente de momentos decisivos da vida do país e de tomar posição a favor da democracia e do papel fundamental da participação popular.

“Dedicar-se à política é um compromisso de fé, como têm falado os nossos papas, de modo especial mais recentemente o Papa Francisco. Ele diz que dedicar-se à política é uma expressão singular de caridade, ou seja, trabalhar em favor da melhor política e em prol da sociedade”, argumenta o bispo.

Dom Giovane relembra momentos históricos como a coleta de assinaturas para emendas populares durante a Constituição Federal de 1988, e o processo de incidência política realizado durante a Assembleia Constituinte. Mais recentemente, ele cita o apoio à iniciativa popular para a criação da Lei da Ficha Limpa e em prol de reformas políticas.

“Entendemos que é de fundamental importância para o protagonismo da sociedade as instituições democráticas. E um outro ponto é que a Igreja entende que o princípio evangélico é parte integrante da sua missão: promover e defender o bem comum”, afirma.

Pensando nas eleições de 2024, Dom Giovane argumenta que é preciso aprofundar e aprimorar a democracia brasileira. “Esta proposta ganhou força dentro da Igreja Católica e na sociedade, principalmente diante dos momentos difíceis de ameaças à democracia que nós vivenciamos recentemente.”

O bispo tocantinense entende que a formação política de uma parcela da população ainda é frágil, por isso destaca o papel importante das religiões e de iniciativas como o Encantar a Política. “Tentamos levar essa formação por meio de cartilhas populares, numa linguagem mais simples para conscientizar, na hora de votar, sobre a escolha de pessoas que possam representar, em relação às políticas públicas em favor das comunidades menos favorecidas, mas entendemos que é um desafio”, observa.

>> **Leia, na página 31, na reportagem Educação política é caminho promissor para recuperar crença na democracia, que traz detalhes sobre o projeto Encantar a Política e outras iniciativas.**



Atividades na 13ª Conferência Nacional de Assistência Social de 2023. Foto: Conselho Nacional de Assistência Social

As conferências estão de volta!

Em um país continental como o Brasil, as conferências são importantes espaços democráticos de participação da sociedade, uma vez que elas têm suas etapas municipais, estaduais, antes das realizações nacionais. São eventos que apontam para propostas e anseios concretos da população, podendo ser incorporados ou debatidos pelas candidaturas sérias que visam melhorar a vida da população. Confira algumas das conferências realizadas nos últimos meses e que trazem pontos centrais para os novos planos de governo:

- **17ª Conferência Nacional de Saúde (CNS):** com o tema “Garantir direitos, defender o SUS, a vida e a democracia – Amanhã vai ser outro dia!”, a CNS foi realizada em Brasília, em julho de 2023, com a participação de mais de seis mil representantes da sociedade civil, entidades, fóruns regionais e movimentos sociais. Ao todo, foram aprovadas mais de mil propostas para o SUS (Sistema Único de Saúde), como: a ampliação de serviços de homeopatia e a construção da Política Nacional de Cuidados Paliativos.
- >> Veja mais em: bit.ly/RCC_08_06

- **4ª Conferência Nacional de Juventude:** realizada em dezembro de 2023, depois de 8 anos da última edição, a conferência reuniu mais de 2.200 jovens, sendo 1.300 delegados e delegadas credenciados para debates e encaminhamentos de políticas públicas para a juventude brasileira, a partir de 12 eixos prioritários. Um dos pontos principais da conferência é a reestruturação da Secretaria Nacional da Juventude, assim como o fortalecimento do Conselho Nacional da Juventude, que passará a ter uma atuação mais efetiva junto aos jovens para a formulação conjunta de políticas públicas.

>> Acesse: bit.ly/RCC_08_07

- **13ª Conferência Nacional de Assistência Social:** tendo como tema central a “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos”, a conferência, realizada em dezembro de 2023, debateu sobre cinco eixos centrais: 1. Financiamento – como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos à garantia dos direitos socioassistenciais; 2. Controle Social – qualificação e estruturação das instâncias de controle social com diretrizes democráticas e participativas; 3. Articulação entre segmentos: como potencializar a participação social no SUAS?; 4. Serviços, Programas e Projetos: universalização do acesso e integração da oferta dos serviços e direitos no SUAS; 5. Benefício e transferência de renda: a importância dos benefícios socioassistenciais e o direito à garantia de renda como proteção social na reconfiguração do SUAS.

>> Saiba mais em: bit.ly/RCC_08_08

- **6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar:** realizada em dezembro de 2023 em Brasília, o evento teve como tema “Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade”, reuniu cerca de 2.400 participantes e marcou a retomada do Consea. O texto final da conferência cobra a retomada da implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). “Convocamos os poderes públicos, em parceria com organizações da sociedade civil, a fortalecer a democracia e retomar com vigor a implementação do Sisan.”

>> Confira mais detalhes em: bit.ly/RCC_08_09

- **Conferência Nacional de Educação (Conae) 2024:** com cerca de 2.500 representantes de vários segmentos educacionais e setores sociais, o evento, realizado em janeiro deste ano, construiu um documento, a partir de intensa participação social, com propostas para o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que vai definir as principais metas para a área até 2034. A Conae também pede a revogação da Reforma do Ensino Médio, da Base Nacional Comum Curricular e da Base Nacional Comum para a Formação de Professores, e rechaça pautas como a Educação Domiciliar e a militarização das escolas.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_08_56

- **4ª Conferência Nacional de Cultura:** realizada em março de 2024, com o tema “Democracia e Direito à Cultura”, a Conferência reuniu mais de 3 mil participantes, depois de um intervalo de 10 anos. O encontro debateu políticas públicas culturais e definiu orientações prioritárias para assegurar transversalidades nas ações do setor. As propostas aprovadas durante a Conferência vão embasar as diretrizes do novo Plano Nacional de Cultura (PNC), que nortearão a pasta na próxima década.

>> Conheça mais em: bit.ly/RCC_08_53

Confira o calendário das demais conferências em 2024 e participe:

12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	02 a 04/04
5ª Conferência Nacional da Igualdade Racial	08 a 12/05
5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	04 a 06/06
Conferência Nacional de Meio Ambiente	05/06
2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia	07 a 09/06
5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	14 a 17/07
4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	19 a 22/11
6ª Conferência Nacional das Cidades	Novembro

Vozes em ação

Por Isadora Morena
e Maria Victória Oliveira

Do grêmio escolar à Assembleia Legislativa: Monica Seixas atua coletivamente pela garantia de direitos



Monica Seixas. Foto: Divulgação

Quem vê Monica Seixas – jornalista, ambientalista, feminista e ativista do movimento negro – em seu segundo mandato como deputada estadual em São Paulo, não imagina que sua atuação política e militância começaram quase como um acidente de percurso.

“Eu sou filha de pequenos produtores rurais. Meu padrasto tinha como profissão oficial porteiro, mas plantava no fundo de casa para complementar a renda. Minha mãe era empregada doméstica, mas também plantava no fundo de casa. Éramos muito miseráveis. Eu, uma menina negra, não tinha contato com a minha cultura, com meu povo, porque minha mãe é branca e o meu pai não fez parte da minha vivência”, conta.

Foi, aos 13 anos, que Monica deu uma virada de chave em sua vida. Ela testemunhou as crianças da escola pública na qual estudava em Itu, no interior do Estado, se organizando no Grêmio estudantil para decidir, entre outras coisas, sobre a cor do uniforme e a frequência de salsicha na merenda escolar. Para ela, o momento foi forte e transformador. “Eram crianças pobres, da minha idade, que se entendiam como sujeitos. Foi uma nova janela que se abriu. Todo o resto foi

acidente, não foi nada planejado, e, desde então, eu milito. O que me move é a revolta sobre um estado de coisas.”

Hoje, enquanto deputada, Monica faz parte de um mandato coletivo com o Movimento Pretas, composto por seis mulheres além dela, as “codeputadas”. O modelo consiste em uma estratégia na qual um(a) representante político divide seu gabinete, suas responsabilidades e deliberações com cidadãos, como uma forma de aumentar a participação política da população.

Apesar de o Pretas ter sido eleito com mais de 100 mil votos, Monica vê o modelo como um meio para o fim, isto é, um processo para que espaços institucionais de política comportem mais a diversidade do Brasil. A deputada critica o sistema eleitoral brasileiro, por entender que o país ainda não vive uma democracia real, para todos e todas. Em sua avaliação, a institucionalidade não consegue resolver os desafios vivenciados diariamente por aqueles e aquelas que ela deseja representar.

Para Monica, é, nesse contexto, que se dá a importância de que pessoas pobres, periféricas, mulheres, pessoas com deficiência (PcDs), indígenas e LGBTQIA+ também tenham



Não quero que todo mundo tenha mandatos coletivos. Quero que vários indivíduos diferentes e plurais estejam representados na democracia. [...] Para mim, [o Movimento] Pretas é forçar a democracia do nosso jeito. É a certeza de que ela ainda não chegou a todos e todas, mas estamos forçando para caber mais gente, estamos criando algo que não existe. É doloroso. O tempo todo dói em mim e dói nas minhas codeputadas, porque mover as estruturas é muito pesado. Esse é o meio do caminho, não é o final.”

espaço na política, “não só porque são corpos excluídos, mas porque a cabeça pensa onde o pé pisa”. Os mandatos coletivos são, então, nada mais do que uma tentativa de “fazer caber mais gente”, sobretudo mulheres, que ainda não conseguem competir em pé de igualdade com homens brancos empresários.

Apesar das críticas ao modelo, Monica define o mandato coletivo como o “quilombo para as guerreiras que vão para o enfrentamento”, bem como uma forma de pensar e formular coletivamente e ter contato com realidades que não conhece. “O mandato coletivo é mais democrático para um país que tem uma cultura política colonial. Tudo o que foi produzido só foi possível porque tenho mais gente pensando comigo e em mais lugares ao mesmo tempo.”

Atualmente, Monica comenta que observa com preocupação a ascensão de uma extrema-direita e a formação de frentes amplas que, apesar de formadas para vencer a extrema-direita, procuram barrar pautas radicais e as próprias candidaturas de mulheres negras, por exemplo.

>> Acesse: www.instagram.com/monicaseixas



Odja Barros. Foto: Arquivo pessoal

As experiências de fé e de política se confundem na trajetória de vida de Odja Barros, pastora batista que, há 30 anos, conduz uma comunidade de fé na cidade de Maceió e que optou por ter o evangelho como instrumento de transformação social.

A pedagoga e, também, escritora pastoreia a Igreja Batista do Pinheiro, considerada patrimônio material e imaterial do estado de Alagoas. A igreja, existente há 53 anos, está localizada em Pinheiro, um dos bairros de Maceió atingidos pelo crime ambiental da Braskem.

“Somos uma comunidade refugiada ambiental”, afirma a pastora Odja. Desde dezembro de 2023, a comunidade está impedida por via judicial de acessar seu templo. Segundo Odja, o prédio não está localizado no epicentro da crise, mas há um mapa definido pela Braskem que delimita as áreas de interesse da mineradora.

Em meio a uma terra arrasada, o templo em pé é símbolo de resistência. “Nós somos o único equipamento que continua lá e que eles [a Braskem] não são donos”, explica a pastora. “A Igreja decidiu, desde o início dessa luta, não abrir negociação com a Braskem. Isso mostra como essa Igreja tem consciência da sua profecia, do seu papel político. Mesmo sofrendo inúmeros prejuízos”, declara Odja.

As decisões sobre o enfrentamento ao crime ambiental são todas tomadas coletivamente pelos membros da comunidade de fé. Segundo a liderança, “o poder máximo da Igreja é a assembleia local, então, nada se decide sobre esse tema, nem nunca se decidiu sobre outros temas, sem a comunidade discutir e votar.”

Além de ter a democracia como princípio, a Igreja Batista do Pinheiro é também referência por ser inclusiva e comprometida com outras lutas sociopolíticas. O engajamento dessa comunidade se deu gradualmente,

“Algo que eu valorizo muito é essa comunidade que luta”: pastora Odja Barros lidera Igreja que é símbolo de mobilização popular em Maceió

ao longo dos 30 anos de pastoreio de Odja e seu marido, devido a uma mudança de perspectiva sobre o evangelho.

“A leitura popular da Bíblia foi a minha grande virada de chave”, sentencia a pastora. A partir de suas inquietações, se aproximou de grupos ecumênicos e foi se apropriando de outra maneira de ler a Bíblia, “que sobretudo valoriza a comunidade como protagonista, fazendo uma leitura tanto mais crítica das estruturas quanto mais engajada e comprometida com transformações sociopolíticas.”

Desse estudo crítico dos textos sagrados, a educação popular passou a ser a linha condutora da sua prática religiosa. E, ao observar sua própria condição de mulher e a comunidade que ela liderava, em sua maioria feminina, passou a se aproximar dos estudos de gênero.

Na Igreja Batista do Pinheiro, nasceu o grupo Flor de Manacá, um coletivo pioneiro de estudo bíblico com o objetivo de “desconstruir a leitura patriarcal que sustenta essa cultura de violência contra as mulheres”, afirma Odja. A compreensão antipatriarcal da Bíblia levou a Igreja a avançar no acolhimento da comunidade LGBTQIA+ e, inclusive, a caminhar em direção a um estudo bíblico antirracista, integrando as lutas da cidade em diversas frentes e inspirando outras igrejas.

Odja, porém, não se considera uma ativista sociopolítica.



Muito do que eu posso fazer como uma liderança nesses movimentos tem a ver com o suporte que essa comunidade me dá, me autorizando a ir, construindo essa caminhada coletiva e pastoral de luta, com essa força de um grupo de fé. Não é um trabalho isolado. A minha caminhada é mesmo pastoral comunitária. Tudo o que eu vou levando para as lutas é, sobretudo, bandeiras que a gente trabalha primeiro no âmbito comunitário. Algo que eu valorizo muito é essa comunidade que luta.”

Segundo a pastora, a Igreja Batista do Pinheiro vai deixando “outro sinal de que comunidades de fé podem ser esses agentes de um fazer sociopolítico, de uma relação de fé e política diferente.”

>> Acesse: www.instagram.com/odjabarros



PAPO RETO



“DIFERENÇA DE DIREITOS É INCOMPATÍVEL COM A DEMOCRACIA”, AFIRMA LUANA HEINEN

Para Luana Heinen, doutora em Direito, a sociedade civil é fundamental para reconstruir a ideia de comum, de coletivo e da importância da realização da política para a conquista de direitos, especialmente porque em uma sociedade plural, não há saída fora da política.

Por Maria Victória Oliveira

Segundo o Monitor do Debate Político no Meio Digital, comandado por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), cerca de 185 mil pessoas participaram do ato convocado pelo ex-presidente, Jair Bolsonaro, na Avenida Paulista, em São Paulo, no dia 25 de fevereiro deste ano. Presente no evento, o ex-presidente pediu anistia de presos por atos golpistas do 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

Mais do que uma discordância sobre partidos políticos e candidatos, atualmente fala-se sobre um debate mais urgente e profundo, que coloca em pauta a descrença, a descredibilidade e a desconfiança por parte de alguns diante do Estado Democrático de Direito, que ainda pode ser considerado recente e jovem no Brasil, uma vez que a Constituição Federal tem pouco mais de 30 anos.



Luana Renostro Heinen. Foto: Arquivo pessoal

Para Luana Renostro Heinen, doutora em Direito, diante de processos democráticos de decisão que demandam tempo e nem sempre produzem as respostas no intervalo esperado, há, no Brasil, o que ela define como a “busca por um salvador da pátria que poderia dar as respostas aos problemas políticos.” Trata-se de um histórico e uma trajetória de país que contribuem para que o Brasil tenha baixas taxas

de crença na democracia, além de uma postura que limita o exercício da democracia ao momento do voto e demanda dos políticos uma prestação de favores pessoais.

Diante desse sentimento que ultrapassa a insatisfação, o crescimento da extrema-direita (visto não apenas no Brasil, mas em diversos outros países, como na Argentina e na Itália) traz impactos para a garantia de direitos humanos e sociais. São candidatos e candidatas que flexibilizam direitos a partir de suas posturas neoliberais, com discursos que beiram o autoritarismo e se caracterizam, muitas vezes, por ele, o que demanda atenção para a eleição desses(as) representantes, sobretudo em um ano eleitoral como 2024. Herdado da economia política, neoliberalismo é, em linhas gerais, um conceito que define uma postura de pouca intervenção do Estado sobre a economia, privatização de empresas estatais e redução de investimento em políticas sociais.

Para aprofundar a compreensão sobre a onda de extrema-direita, qual é seu impacto nas eleições municipais, que acontecem em outubro, e, mais ainda, na democracia contemporânea, a Revista Casa Comum conversou com Luana, que, além de doutora em Direito, é professora adjunta na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e atual secretária de Aperfeiçoamento Institucional, coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Sociologia do Direito (SOCIODIR) e do grupo de estudos de Direito e Literatura (LITERAR), além de membro do Instituto de Memória e Direitos Humanos da UFSC (IMDH/UFSC). Confira.

Revista Casa Comum: Como chegamos a um cenário de democracia frágil e descredibilizada no Brasil?

Luana Heinen: Vivemos um processo mundial mais amplo de crise da democracia. Parte dessa crise decorre da dificuldade de se afirmar uma ordem de igualdade, como é a democrática, no contexto de capitalismo que produz desigualdade. No livro *Democracia e Representação – Territórios em disputa*, o cientista político Luis Felipe Miguel aponta as três principais dificuldades. A primeira é a “dependência estrutural”: o Estado se vê dependente dos proprietários privados sobre as decisões de investimento e os governantes precisam observar os interesses do capital a fim de garantir a manutenção de taxas elevadas de investimento econômico. Assim, a posição de força do empresariado e dos investidores tem a capacidade de definir a realidade trazendo decisões de impacto coletivo, embora não haja uma participação popular nessas decisões. Ou seja, o poder econômico define muitos dos rumos políticos. A segunda trata da “influência ‘pervasiva’ do poder econômico”. Essa restrição diz respeito às desigualdades de riqueza que permeiam todas as esferas sociais.

Por fim, a terceira dificuldade é a “socialização inadequada dos cidadãos para a ação política democrática”. Nas relações de produção capitalista, o trabalho assalariado coloca o indivíduo numa posição de obediência às ordens

de seu empregador, submetendo aquele a uma relação vertical, completamente oposta à participação na busca de soluções e responsabilidades pelas próprias escolhas, o que se espera idealmente numa democracia. Por outro lado, somos consumidores e o consumo é visto como forma de realização individualista, o que desvaloriza formas de ações políticas coletivas.

Revista Casa Comum: E como essas dificuldades que você listou se relacionam com o contexto histórico brasileiro, um país construído à base de racismo e hierarquização?

Luana Heinen: Como um país que se originou do violento processo de colonização e de escravidão, temos uma base fundante autoritária, em que a hierarquização dos sujeitos é a regra, na esteira da reprodução do racismo estrutural e do patriarcado [sistema que coloca majoritariamente homens em situação de poder e decisão]. A independência e a criação da República não adotaram medidas para atacar as desigualdades decorrentes dessas estruturas, como a Reforma Agrária. Além disso, temos uma trajetória de tutela militar da política, com uma longa ditadura no século 20, que surtiu fortes impactos na vivência dos processos democráticos. Nesse período, o

uso da tortura foi institucionalizado e houve perseguição a oponentes políticos, juntamente com um Estado opaco, que não possuía transparência e controlava a cultura e a imprensa, impedindo que os cidadãos conhecessem a realidade do que se passava no país.

Revista Casa Comum: O período pós-ditadura, da criação do Estado Democrático de Direito, está relacionado, de alguma forma, com a crise da democracia atual?

Luana Heinen: Na transição da ditadura para a democracia, fomos incapazes de realizar uma justiça de transição plena. Não responsabilizamos os militares pelas violações de direitos perpetradas e crimes cometidos. Na medida em que a história da ditadura foi contada pelos próprios militares, a maioria da população pode não conhecer os meandros e problemas decorrentes desse regime autoritário, valorizando mais a ditadura do que a democracia. Além disso, não alteramos de forma profunda instituições que ainda operam com a lógica autoritária, como a polícia militar, e, também, mantivemos segregações de espaços para ricos e pobres. Essa lógica impede que todos sejam tratados como sujeitos de direitos [com direitos e obrigações garantidos por lei]; alguns têm mais direitos do que outros, o que é incompatível com a democracia.

Revista Casa Comum: Recentemente, completamos um ano dos ataques e ações de vandalismo na sede dos três poderes em Brasília. O que esse momento representou e teve de simbólico – com a destruição e depredação de espaços e objetos – e quais as consequências para a democracia no Brasil?

Luana Heinen: Os ataques de 8 de janeiro foram, sem dúvidas, uma tentativa de golpe que visava destituir o governo eleito democraticamente, portanto, um atentado contra a própria democracia. O que ocorreu, no entanto, foi que o ato não teve o apoio amplo de setores institucionais, como os militares, que poderiam ter concretizado o golpe. O poder civil agiu em tempo hábil e de forma adequada para evitá-lo. O ataque aos símbolos da democracia representou um ataque à própria política, que exige a consideração pelo outro como um adversário e, quando se perde, deve-se respeitar o resultado legítimo, tendo em vista que a principal característica formal da democracia é o respeito à alternância dos grupos no poder.

O ataque ao Supremo Tribunal Federal, por exemplo, demonstrava que os Ministros eram vistos como inimigos que deveriam ser destruídos como em uma guerra, assim como todos aqueles que se opunham à visão política dos bolsonaristas. As consequências são a necessidade de reconstruir as instituições, de reafirmar seu valor perante a população e de estabelecer as bases da democracia. Nesse processo, seria fundamental que os militares fossem efetivamente retirados da política no Brasil e deixassem de tutelar um processo político que deve ser civil. A democracia deve ser o espaço de conflito e discussão de ideias, em que não há lugar para o uso da força contra seus adversários.

Revista Casa Comum: Relacionando os sistemas político e econômico, é possível afirmar que há uma intenção – mesmo que, por vezes, não explícita – do neoliberalismo em desqualificar ou enfraquecer a democracia? Como esses dois conceitos conversam entre si?

Luana Heinen: As políticas econômicas neoliberais têm como receita o controle da inflação e a solidez das finanças públicas – gastar menos do que arrecada em tributos –, no lugar da política econômica do Estado de bem-estar social, que tem como objetivo garantir o pleno emprego, proteções e direitos sociais. Com o neoliberalismo, o Estado reduz cada vez mais suas políticas para garantias de direitos sociais, como saúde e educação, diminuindo investimentos e fazendo privatizações ou terceirizações, como são feitas no Brasil.

Isso gera grande instabilidade social, com consequências concretas para todos os cidadãos. Como resposta a essa instabilidade, há a reabilitação e expansão do aparato penal do Estado. O encarceramento, com raras exceções, cresceu em todas as sociedades pós-industriais do Ocidente, juntamente com a precarização do trabalho e a redução da assistência social, como afirma o sociólogo Loïc Wacquant.

“
O ataque aos símbolos da democracia representou um ataque à própria política, que exige a consideração pelo outro como um adversário e, quando se perde, deve-se respeitar o resultado legítimo...”

Entre 1990 e 2020, a população carcerária no Brasil aumentou em aproximadamente 700%, enquanto a população total teve crescimento de 30%¹. Nesse mesmo período, houve a expansão de políticas públicas e programas sociais que auxiliaram na efetivação de direitos, como o Bolsa Família, o Programa Minha Casa Minha Vida e a política de aumento real do salário mínimo. No entanto, esses programas não foram suficientes para romper com a lógica hierarquizada da cidadania e, após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, aprofundaram-se as políticas neoliberais no país: a aprovação da Reforma Trabalhista, da Reforma da Previdência e a PEC [Proposta de Emenda Constitucional] do Teto de Gastos, que restringiu o investimento público em nome da austeridade fiscal.

[1] SARDINHA, Edson. População carcerária cresce seis vezes em 22 anos. Congresso em foco. 10 jan. 2014. Disponível em: bit.ly/RCC_08_13

Revista Casa Comum: E como todo esse funcionamento do neoliberalismo conversa – ou não – com a participação da população?

Luana Heinen: O neoliberalismo nega a própria política, pois se apresenta como uma forma tecnocrática de política de acordo com a qual esta não seria mais um confronto partidário ou de ideias, mas a administração neutra dos negócios. Todas as medidas são justificadas sob o ponto de vista técnico-econômico, como se não fossem escolhas políticas, mas determinações do conhecimento econômico. Um exemplo são argumentos utilizados para justificar a aprovação da Emenda Constitucional que criou o Teto de Gastos no Brasil, que tratavam de neutralidade, necessidade e imprescindibilidade do Novo Regime Fiscal. Assim, as questões políticas são reduzidas a meras questões técnicas, com as quais os especialistas lidariam, afastando as pessoas comuns da política, pois não lhes diz mais respeito.

Revista Casa Comum: Enquanto orientadora de projetos de pesquisa na UFSC, o que você e seus(suas) orientandos(as) têm aprendido sobre a relação entre autoritarismo e o neoconservadorismo e como eles, juntos, conseguem limitar a eficácia dos direitos humanos?

Luana Heinen: Desde 2017, temos estudado e trabalhado na UFSC com o tema do neoliberalismo por meio do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Sociologia do Direito. A partir dessas discussões, pudemos analisar a convergência entre neoliberalismo e neoconservadorismo. No contexto autoritário brasileiro, a aliança do neoliberalismo ao neoconservadorismo impacta a efetividade dos Direitos Humanos de diversas formas: 1) o desmantelamento do Estado de bem-estar prejudica o aproveitamento dos direitos sociais (direitos trabalhistas, previdenciários, direito à saúde e à educação – esses dois últimos principalmente pela redução de investimentos); 2) o aprofundamento da desigualdade social gera marginalidade socioeconômica e nega direitos aos marginalizados, os cidadãos de “terceira classe”, a quem resta o Estado Penal, em substituição ao Estado de bem-estar; e 3) o neoconservadorismo moral expande a esfera privada e desloca valores públicos como a igualdade e a não discriminação, restringindo direitos sexuais e reprodutivos, das mulheres e da população LGBTQIA+, dificultando, por exemplo, o acesso a métodos contraceptivos e de planejamento familiar.

Revista Casa Comum: De que forma a sociedade civil pode atuar para que a população compreenda que a democracia é o melhor caminho para a conquista coletiva de direitos e que somente essa conquista coletiva pode possibilitar a melhoria da conjuntura atual do país?

Luana Heinen: Sem dúvidas a sociedade civil é fundamental para reconstruir a ideia de comum, de coletivo e da importância da realização da política para a conquista de direitos, especialmente porque em uma sociedade plural, não há saída fora da política. Fora da política só pode haver violência e autoritarismo. Há vários meios de

fazê-lo: reorganização política nos bairros, ocupação de espaços públicos, reivindicações coletivas, fortalecimento de sindicatos e outras organizações coletivas, bem como a participação nos conselhos de políticas públicas, inclusive naqueles que estão no âmbito federal e foram reabilitados no atual governo, pois haviam sido extintos. Tudo isso é fundamental, inclusive, para exigir dos governos que, diante da pressão do poder econômico, não deixem de ouvir as demandas da população. Esse é o melhor caminho para possibilitar que as políticas públicas sejam feitas efetivamente com atenção às demandas populares.

Revista Casa Comum: E quais são as políticas públicas que podem ser criadas para promover a maior aproximação da população com as questões democráticas?

Luana Heinen: Políticas públicas de educação política desde a escola formal, mas também por outros meios de educação informal, principalmente aqueles que valorizem o aprendizado prático além da experiência e a vivência do debate político, são fundamentais para que a população valorize e compreenda a importância da democracia. Com isso, podemos, em uma longa trajetória de transformação social que depende da educação das novas gerações e, também, das atuais, construir novas bases de valorização da democracia em nosso país, bem como afirmar a responsabilidade coletiva de todos nós pela política e pela democracia, pois todos somos “políticos”, não somente os nossos representantes eleitos.



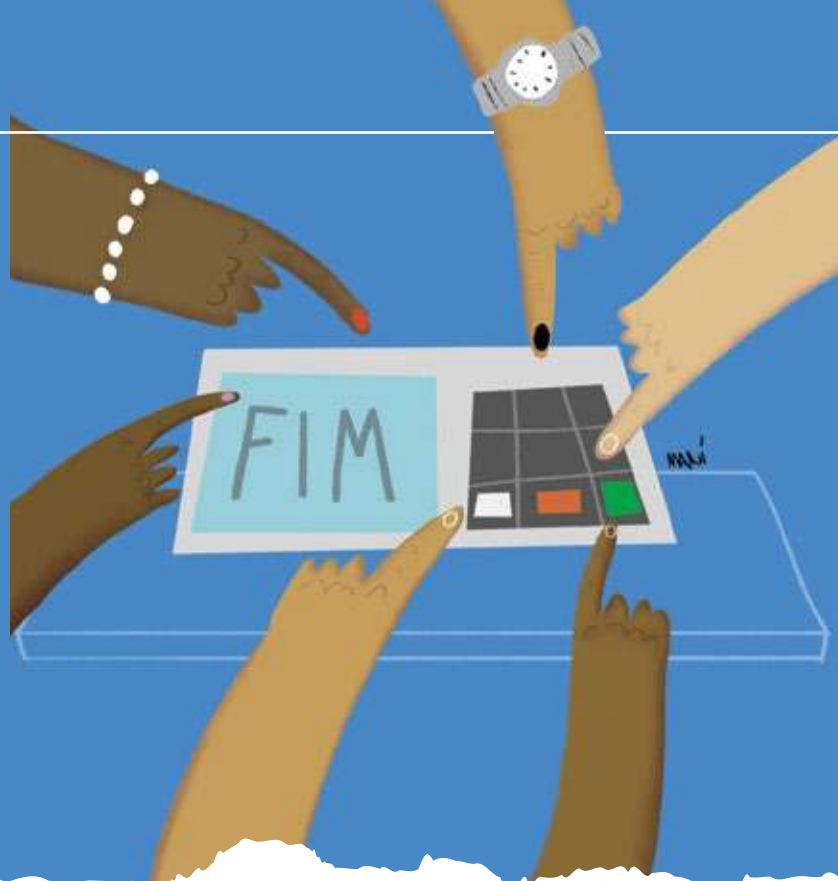
Fique por dentro

A 4ª edição da Revista Casa Comum, publicada em março de 2023, trouxe à pauta o tema *Uma nova jornada pela democracia: o que está em jogo?*, que contou com a participação de Sérgio Freire, psicólogo, linguista e especialista em Análise de Discurso. Em entrevista exclusiva divulgada na editoria Papo Reto, o psicólogo analisa como o Brasil chegou a um contexto de ascensão da extrema-direita, os motivos pelos quais tanta gente se associa aos discursos utilizados por ela e o futuro de um país dividido pelo conservadorismo.

>> Confira a entrevista: bit.ly/RCC_4_PapoReto

RAIO-X

PANORAMA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024: FIQUE POR DENTRO!



Por Susana Sarmiento

No dia 6 de outubro de 2024, cerca de 152 milhões de eleitores em 5.568 cidades brasileiras irão às urnas para escolher novos prefeitos e vereadores. Para votar, todas as pessoas maiores de 16 anos precisam estar com seus títulos de eleitor regularizados até 8 de maio.

Quem deseja ser candidato precisa ter sua candidatura formalizada até 5 de agosto, nas convenções de algum dos 29 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A estimativa é que cerca de 518 mil candidatos disputem, aproximadamente, 58 mil vagas para vereador em todo o país e outros cerca de 58 mil concorrerão a 5.568 vagas para prefeito.

Qual o papel do prefeito e do vereador



Prefeito

Pode ser prefeito qualquer pessoa cidadã brasileira alfabetizada maior de 21 anos. Principal autoridade política do município, o prefeito administra os serviços públicos da cidade, decide como o dinheiro de impostos e repasses do estado e da União serão utilizados. Além disso, planeja e realiza obras públicas, como praças, escolas e hospitais; zela pelo meio ambiente, limpeza e saneamento básico; promove eventos culturais, entre outros. Também faz decretos e regulamentos e elabora projetos de lei.

Vereador

Pode ser vereador qualquer pessoa cidadã brasileira alfabetizada maior de 18 anos. O vereador compõe o Poder Legislativo Municipal e tem como principal função representar os interesses da população perante o governo da cidade. Os vereadores definem as leis municipais que impactam a vida de todos os moradores. Entre elas, está a Lei Orçamentária Anual (LOA), que define onde deverão ser aplicados os recursos de impostos pagos pelos cidadãos. Também atuam como fiscalizadores das ações da prefeitura.

No Brasil, existem grupos sociais super-representados, como os homens (48% do eleitorado e 84% dos vereadores eleitos), e grupos sub-representados, como as mulheres (52% do eleitorado e 16% dos representantes municipais).

Prefeitos e vereadores são eleitos para mandatos de 4 anos.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Saiba mais em: bit.ly/RCC_08_14 e bit.ly/RCC_08_15



Conheça o perfil do eleitorado brasileiro

Gênero

MULHERES

52%

HOMENS

48%

Idade

25,04%	45 a 59 anos
20,68%	35 a 44 anos
20,08%	25 a 34 anos
12,07%	60 a 69 anos
7,69%	21 a 24 anos
6,46%	70 a 79 anos
4,31%	18 a 20 anos
2,96%	acima de 79 anos
0,72%	16 e 17 anos



Estado civil

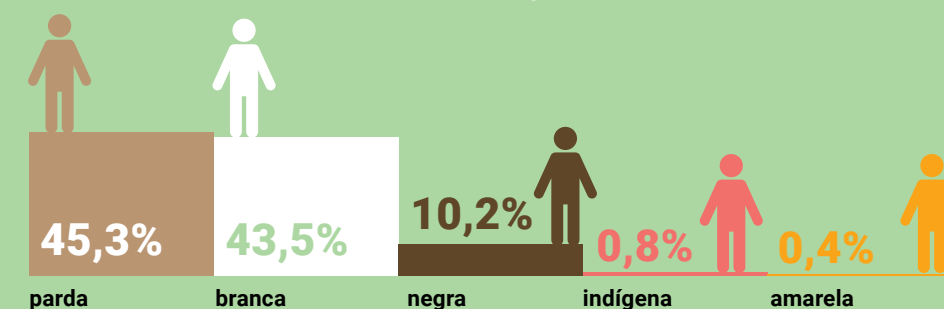
SOLTEIROS	CASADOS	separados, divorciados e viúvos
50,4%	32,8%	8%

Grau de instrução

26,89%	ensino médio completo
22,84%	ensino fundamental incompleto
17,17%	ensino médio incompleto
10,80%	superior completo
6,80%	lê e escreve
6,51%	ensino fundamental completo
5,35%	superior incompleto

Cor/Raça

Dado não informado pelo TSE. O Censo do IBGE de 2022 aponta que a população brasileira se declara:



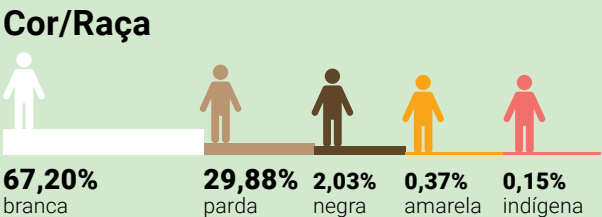
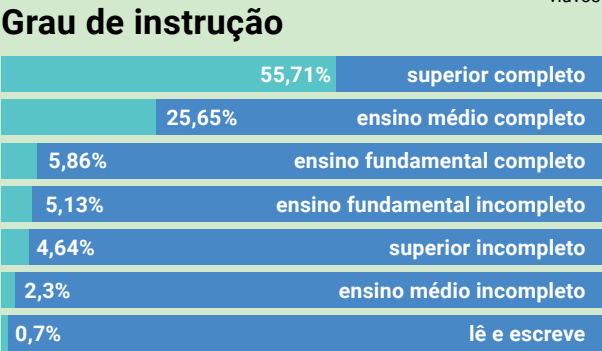
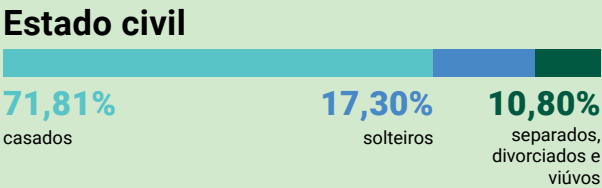
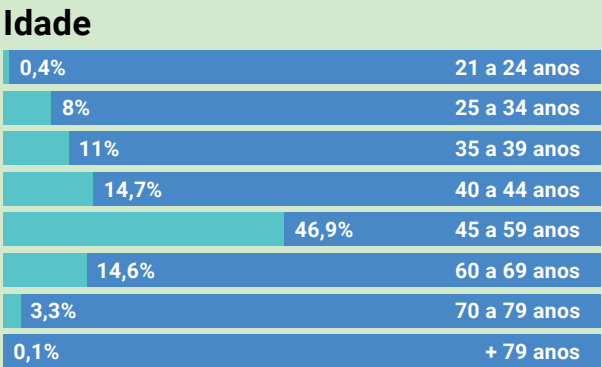
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (dados de 2022). Disponível em: https://bit.ly/RCC_08_16



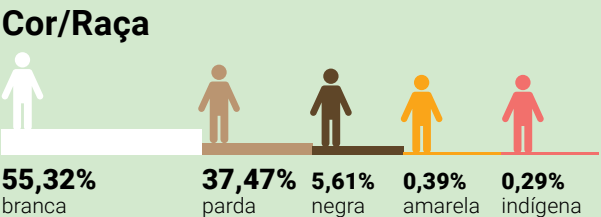
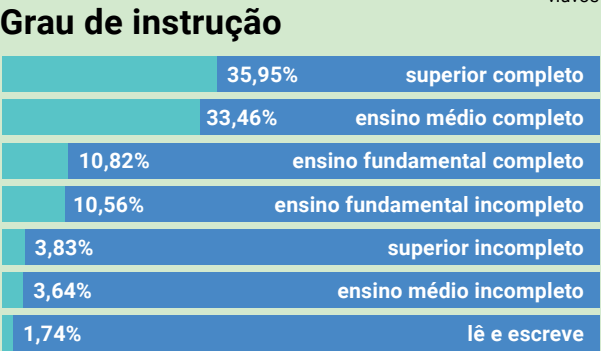
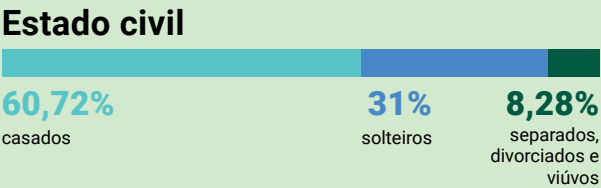
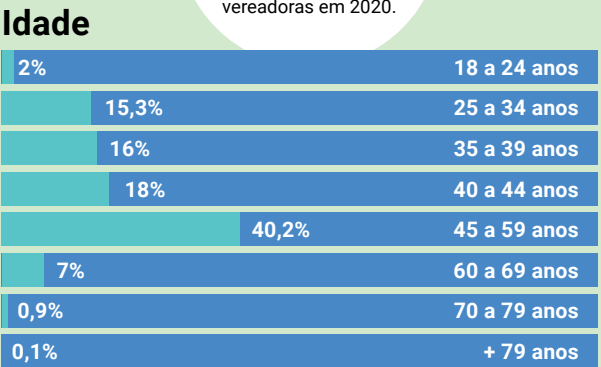
Conheça o perfil dos atuais prefeitos e vereadores no Brasil

Enquanto o perfil dominante no eleitorado brasileiro é mulher, solteira, entre 25 e 44 anos, não branca, com Ensino Médio e Fundamental, nas últimas eleições municipais, o perfil de prefeitos e vereadores eleitos é homem, branco, casado, entre 45 e 59 anos, com Ensino Médio e Superior.

Prefeitos eleitos:



Vereadores eleitos:



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (dados de 2020). Disponível em: bit.ly/RCC_08_17

Desigualdades de gênero e raça na política

Nas duas últimas eleições municipais (2016 e 2020), apenas duas capitais brasileiras elegeram prefeitas: Boa Vista (RR), em 2016, e Palmas (TO), em 2020. Isso ocorreu apesar de mulheres (todas brancas) terem disputado o segundo turno em cinco capitais no último pleito.

- Entre 2016 e 2020, o número de mulheres eleitas subiu de 11,5% para 12,1% dos municípios do país. Nesse ritmo, levaremos 144 anos para alcançar a paridade de gênero das prefeituras brasileiras.
- Já a equidade racial, no poder executivo municipal, levaria cerca de 20 anos.
- De 2016 a 2020, houve um avanço de três pontos percentuais nas cidades chefiadas por prefeitos e prefeitas negras, passando de 29,1% para 32,1%

Fonte: Relatório Desigualdades de Gênero e Raça na Política Brasileira, da OXFAM e Instituto Alziras. Disponível em: bit.ly/RCC_08_18

Violência que tenta expulsar as mulheres da política

O artigo *A violência política e a desinformação de gênero no Brasil*, de autoria de Paula Tavares e Gustavo Borges, analisa, a partir do Mapa de Mulheres na Política da IPU-ONU, aponta que a desigualdade de gênero na política é alimentada, em parte, pela violência. “Apesar de representarem a minoria na política, as mulheres foram vítimas de 36% dos casos de violência política registrados no Brasil entre 2020 e 2022”, afirma o texto.

Conforme os dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a desinformação baseada em questões de gênero representa uma vertente de violência política de gênero que busca reduzir a participação pública, limitar a diversidade de vozes e opiniões, inclusive na mídia. “No Brasil, 74% das mulheres prefeitas sofreram divulgação de informações falsas, enquanto 66% foram alvo de ataques de discurso de ódio nas plataformas de mídias sociais”, aponta a entidade. Veja mais alguns dados do relatório:

- a média global de representação feminina nos parlamentos é baixa, registrando apenas 26,5%;
- no início de 2023, apenas 27% das nações possuíam uma líder feminina, apesar de as mulheres representarem 49,7% da população global;
- no Brasil, segundo o Instituto Alziras, 58% das mulheres prefeitas afirmam ter sofrido assédio ou violência política pelo fato de serem mulheres.

>> Saiba mais em:

- Artigo *A violência política e a desinformação de gênero no Brasil*. Disponível em: bit.ly/RCC_08_20
- Mapa de Mulheres na Política, da IPU-ONU (em inglês). Disponível em: bit.ly/RCC_08_21



Como são financiadas as campanhas políticas?

No Brasil, é proibida a doação de empresas para campanhas eleitorais. Para financiar as campanhas, os partidos e suas candidaturas contam com o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conhecido como Fundo Eleitoral, e uma parte do dinheiro do Fundo Partidário. Também é permitida a doação de pessoas físicas em até 10% da renda declarada no ano anterior.

Em 2018, a Justiça Eleitoral garantiu que, no mínimo, 30% dos recursos públicos e do tempo de propaganda eleitoral seja para candidaturas de mulheres para incentivar a participação feminina na política.

Fontes: Politize - Como funciona o Fundo Partidário? Disponível em: bit.ly/RCC_08_22

Agência Brasil – Como funciona o financiamento de campanha. Disponível em: bit.ly/RCC_08_23



Vem aí: Principais novidades em 2024

Três mudanças já experimentadas em 2022 podem se consolidar este ano:

- No mínimo, 30% dos fundos voltados para o financiamento de campanhas, bem como dos tempos de propaganda em televisão e rádio devem ser destinados a candidaturas de mulheres.
- Possibilidade de *shows* artísticos de arrecadação para campanhas.
- Arrecadação eleitoral via Pix.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: bit.ly/RCC_08_24

No Dia Internacional da Mulher, a Revista Casa Comum produziu uma reportagem especial sobre por que mulheres, candidatas ou eleitas, enfrentam mais desafios na política simplesmente por serem mulheres. Laura Astrolabio, co-diretora executiva, cofundadora e coidealizadora da A Tenda das Candidatas, e Marina Barros, diretora executiva e co-fundadora do Instituto Alziras, dividiram suas experiências e comentaram sobre a subrepresentação feminina na política e a violência de gênero e raça que marca as trajetórias de mulheres na política.

>> Acesse: bit.ly/RCC_MulheresNaPolitica

EM PAUTA

NO PARLAMENTO OU NAS RUAS, JOVENS PERIFÉRICOS PODEM FAZER A DIFERENÇA NAS ELEIÇÕES DE 2024

Cada vez mais, as juventudes das quebradas ocupam espaços de debate político; “a vida do jovem é atravessada pela política, mas não necessariamente a tradicional”, diz ativista.

Por Jacqueline Maria da Silva (redação) e Sarah Fernandes (edição) da Agência Mural*

Em 2024, os brasileiros voltarão às urnas para escolher prefeitos e vereadores de seus municípios. Nesse momento fundamental da democracia, um grupo deve fazer a diferença: os jovens periféricos, que seguem na vanguarda das lutas democráticas.

Eles estão em movimentos populares, partidos políticos ou trabalhos comunitários, provando que a política está em diferentes espaços e que são interessados em defender pautas em que acreditam.

“O jovem participa bastante da política porque a sua vida é atravessada pela política, mas não necessariamente ele vai fazer parte da política tradicional, ingressando em um partido ou sindicato”, comenta o estudante de Letras Rafael Lucas Leonel Cyríaco, 25, cofundador do coletivo Maloka Socialista, em Cidade Dutra, zona sul da capital paulista.

Cada vez mais, os jovens periféricos ocupam espaços, institucionalizados ou não, para fazer debates políticos – incluindo as redes sociais, onde conseguem dar visibilidade aos discursos. O fato é que essa participação política, com os anseios, desejos e questionamentos próprios da idade, é fundamental para o desenvolvimento da sociedade e da democracia, como concordam especialistas.



Rafael Cyríaco. Foto: Léu Britto / Agência Mural

Política partidária



Maria Luiza Fernandes. Foto: Diego Barbieri / Câmara de Mogi da Cruzes

“Não me identificava com a questão do jovem na política até que, em 2019, decidi me candidatar para poder contribuir com Mogi. Na época, eram 23 vereadores e somente uma mulher. Não havia nenhum jovem.”

Nas eleições de 2020, a vereadora de Mogi das Cruzes – cidade da Região Metropolitana de São Paulo – Maria Luiza Fernandes (Solidariedade), 23, se tornou uma das pessoas mais jovens a assumir o cargo nas Câmaras Municipais de São Paulo.

Conhecida como Malu e moradora do Bairro Ponte Grande, ela atribui a vitória ao engajamento na política desde cedo, que a tornou uma referência entre jovens da sua geração na cidade.

A situação reflete uma realidade da Grande São Paulo: apenas 10 das 39 cidades da região elegeram candidatos de até 24 anos para ocupar uma cadeira no parlamento municipal entre 2020 e 2024.

Dentro dos partidos, a situação não é diferente. Na cidade de São Paulo, não chega a 1% o total de filiados entre 16 anos, idade mínima para ingressar em um partido, e 24 anos. O distrito de Pedreira, na zona sul, tem o maior número absoluto de jovens filiados: 237. Na sequência, vem Parelheiros (186), também na zona sul, e Perus (174), na zona norte.

Ativismo periférico

“Não fazia sentido ‘atravessar a ponte’ quando minha intenção era estar com os meus. Tudo que eu faço é pensar no meu território”, relata a socioeducadora Nica Gonçalves, 21, que optou por atuar em coletivos da zona norte de São Paulo. “Aqui é muito potente.”

Sem pretensão de concorrer a cargos políticos, Nica se filiou a um partido de extrema esquerda para participar de debates sobre questões que considera importantes para as juventudes periféricas, em especial o combate ao racismo e às políticas higienistas, duas pautas nas quais está bastante envolvida.

A falta de representatividade dos bairros mais afastados em espaços políticos também levou o estudante Rafael Lucas



Nica Gonçalves. Foto: Léu Britto / Agência Mural

a se afastar dos movimentos de esquerda. “Trabalhamos com pautas de quebrada, como as eleições do Conselho Tutelar, por compreender que este é um espaço importante para a gente ocupar. Também atuamos com questões de negritude, LGBTQIA+, mulheres, trabalhadores, leis culturais e hip-hop.”

A defesa e valorização dos territórios periféricos são temas que também permeiam as atividades cotidianas de Rafael. Morador da Vila da Paz em Cidade Dutra, zona sul, ele escuta outros jovens de periferias. Com seus relatos, ajuda

a produzir o *podcast* “Memórias Quebradas”, criado por ele e outros estudantes da Universidade de São Paulo (USP), onde também estuda, com o objetivo de trazer discussões e histórias de distritos do extremo sul da capital paulista.

O engajamento de Nica e Rafael reflete um comportamento comum entre os jovens das periferias: ocupar espaços políticos, tanto institucionalizados quanto informais, para dar visibilidade às pautas que defendem. As redes sociais, em particular, desempenham um papel significativo nesse processo, oferecendo uma plataforma ampla para divulgar suas causas e alcançar um público maior.

“A juventude pode identificar demandas comuns dos jovens no Brasil e equacionar débitos de governos com as periferias”, comenta o cientista político Rafael Araújo.

Desinteresse em política?

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que 2,6% das pessoas que ocupam cadeiras em cargos legislativos no mundo têm menos de 30 anos. Aproximar esse público da política se tornou um desafio para as democracias globais, que devem estar representadas por todos os setores da sociedade.

Jovens ouvidos pela reportagem concordam que o desafio não está relacionado ao desinteresse, mas sim à rigidez dos ambientes ligados à política institucional, que são percebidos como pouco atrativos e acolhedores, além de muito burocráticos, especialmente para os periféricos.

“**Não vejo ninguém que me represente de fato, que tenha vindo da favela para falar de um modo mais horizontal com os trabalhadores”,** comenta a socioeducadora Nica. **“Tem sempre alguém de fora querendo ensinar algo dentro da favela. Eu quero contar minha história, como muitos jovens merecem contar as suas.”**

No Brasil, após uma intensa campanha promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e apoiada por diversas figuras públicas, o engajamento dos jovens na política aumentou em 2022, durante as últimas eleições presidenciais. O número de adolescentes de 16 e 17 anos que tiraram o título de eleitor saltou em 47,2% em comparação com as eleições de 2018, embora nessa faixa etária o voto seja facultativo.

O fenômeno pode ser explicado, em parte, pela adesão temporária à polarização política que marcou as eleições de 2022, quando os então candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL) disputaram a presidência com propostas de governo opostas. Uma parte significativa dessa disputa se desenrolou no ambiente digital, influenciada pelos algoritmos das redes sociais e da mídia *on-line*.

Naquele ano, as candidaturas de mulheres bateram um recorde, representando 33% dos concorrentes, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso, houve um recorde no número de candidaturas negras, indígenas e de pessoas trans.

Isso, entretanto, não significa necessariamente que os jovens estejam mais representados na política ou mais próximos dos espaços de decisão. Uma maneira de garantir essa mudança, como aponta o cientista político Rafael Araújo, é desenvolver projetos educacionais nas escolas, criando espaços de participação dos jovens em temas que impactam suas vidas, por exemplo, mas sempre levando em consideração suas demandas e vivências.

Foi justamente na escola que Nica teve mais contato com a política, por meio das aulas e de professores que a inspiraram, além do envolvimento com movimentos sociais. “Minha mãe sempre disse que poderiam tirar tudo de mim, menos o meu conhecimento.”

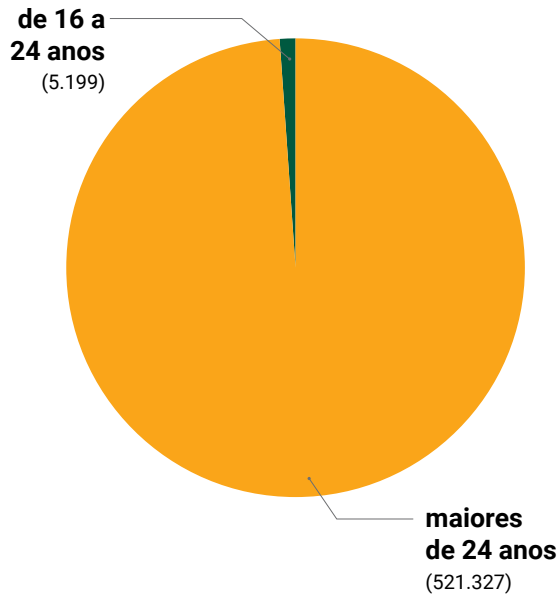
O mesmo ocorreu com a vereadora Malu, de Mogi das Cruzes. Ela participou do Programa de Participação de Jovens no Legislativo, do Grêmio Estudantil, de organizações não governamentais e do Conselho da Juventude da sua cidade. “A gente escuta muito que o jovem é futuro, mas a gente tem que entender que é o presente”, diz.

Política, pra que te quero?

Um dos avanços da atuação política de jovens periféricos foi a inclusão de debates historicamente importantes para as quebradas na esfera pública, tais como políticas de acesso à cultura, educação e emprego.

“**Uma das pautas exitosas mais recentes foi a luta contra a privatização das Casas de Cultura em que estivemos muito próximos enquanto periféricos. Era uma das propostas da Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo, que, após pressão, foi suspensa, por enquanto”,** lembra o estudante Rafael.

Pessoas filiadas a partidos políticos na cidade de São Paulo, por idade



Elaboração: Agência Mural. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Na Câmara de Mogi das Cruzes, a vereadora Malu também debate temas que impactam diretamente a vida dos jovens, como educação, transporte, violência de gênero, emprego e profissionalização. Muitas das demandas chegam até ela por meio dos jovens, já que a vereadora participa regularmente de debates e rodas de conversa nas periferias e escolas.

“**Não conseguimos criar a tarifa zero [no transporte público] para os estudantes por falta de orçamento, mas aprovamos essa política nos dias das provas do Enem [Exame Nacional do Ensino Médio]. Se não tivesse um jovem na Câmara, um projeto como esse nem seria pensado”,** explica.

“Os jovens são a ponte entre os adultos, que já estão no universo político, e as novas gerações”, diz Araújo. “Falar de juventude e política é falar em transformações benéficas para a sociedade.”

Como os jovens atuam politicamente?

Os jovens entre 16 e 24 anos são fortemente a favor do voto, mas não consideram que ele seja suficiente para promover mudanças estruturais na sociedade brasileira. Eles têm apreço pela política, mas olham com desconfiança para os partidos políticos.

Em geral, preferem se engajar em causas concretas, como defesa do meio ambiente, feminismo, desigualdades e luta pelos direitos LGBTQIA+.

Todos dizem sentir receio de ser enganados por *fake news*. Apesar de considerarem a mídia hegemônica parcial, acreditam que a desinformação seja mais frequente no ambiente *on-line*. A maioria busca se informar por meio das redes sociais, especialmente no Instagram e no TikTok.

Parte dos jovens brasileiros começou a se interessar por política devido a comentários nas redes sociais de pessoas que seguiam ou influenciadores com os quais concordavam. Apesar de reconhecerem a importância de se manifestar para a saúde da democracia, a maioria declara nunca, ou quase nunca, ter participado de uma manifestação.

Fonte: Relatório *Juventude e Democracia na América Latina* (disponível em: bit.ly/RCC_08_25) e Tribunal Superior Eleitoral (dados de 2023).

Saiba mais

- ONU. *Understanding young people's political participation* (em inglês somente). 2022. Disponível em: bit.ly/RCC_08_26
- Dados do Tribunal Superior Eleitoral (2022). Disponíveis em: bit.ly/RCC_08_72

*A Agência Mural de Jornalismo das Periferias é uma organização sem fins lucrativos que tem como missão ampliar a representatividade de comunidades periféricas na mídia brasileira, a partir da produção e difusão do jornalismo feito por uma rede de mais de 70 correspondentes locais.

EM PAUTA



População de Manaus protesta pela preservação da APA Floresta Manaós. Foto: ACP Mídias

PARA ALÉM DAS ELEIÇÕES: A PARTICIPAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO BEM COMUM NOS TERRITÓRIOS

Conheça diferentes experiências e possibilidades de influenciar a política local.

Por Isadora Morena

Em muitos momentos, o universo político parece muito distante, com seu linguajar, rituais e protocolos próprios. Porém, são as decisões políticas, feitas no âmbito legislativo, executivo e judiciário, que definem o cotidiano e, também, o rumo da vida das pessoas, de suas famílias e das comunidades.

A política determina o preço do feijão e do arroz, da gasolina ou da passagem de ônibus, a quantidade de vagas na creche do bairro, o tamanho da fila do posto de saúde, o destino do lixo ou mesmo as relações de trabalho.

Assim, a política pode ser entendida como “a construção do destino comum”, como afirma o Papa Francisco na Carta Encíclica *Fratelli Tutti*, de 2020. Participar ativamente dela é, portanto, atuar no presente para colaborar na criação do futuro coletivo.

“Uma democracia sem povo não é democracia.”

A fala é de José Antonio Moroni, integrante do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e da Plataforma dos Movimentos Sociais por outro Sistema Político. Em entrevista exclusiva à Revista Casa Comum, José Moroni faz uma reflexão sobre a criação de sistemas de participação no Brasil, a elaboração da Constituição Federal de 1988 - que excluiu dos processos determinados grupos, como o de pessoas negras e pobres, por exemplo -, os debates em andamento para a criação de novos espaços participativos e a importância de incluir todos no debate público para uma mudança efetiva de contexto no Brasil. Leia na íntegra: bit.ly/RCC_08_58

Então, além de participar das eleições, votando a cada dois anos, o que mais é possível fazer?

“Há diferentes maneiras de participar da vida pública a depender da fase da sua vida, seus interesses e disponibilidade de tempo”, afirma o professor de administração pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Dr. Luiz Filipe Goldfeder Reinecke, que é também líder do Centro de Investigação em Governo Aberto e Transparência (CIGAT) e membro da Rede Brasileira de Conselhos (RBDC).

Segundo o professor, a Constituição brasileira possui mais de trinta artigos que citam a questão da participação e que criaram as chamadas instituições participativas ou canais institucionais de participação. São eles: os conselhos, as audiências públicas, as conferências, as ouvidorias, o orçamento participativo, e, mais recentemente, os conselhos de usuários.

Para Luiz Filipe, “há vários espaços que são criados e que podemos participar enquanto cidadãos, via organizações da sociedade civil ou individualmente, podendo questionar, trazer soluções e sugestões para que se construam políticas públicas mais plurais e acertadas, mais próximas de atenderem as necessidades da sociedade.”

Ele afirma ainda que esses espaços de opinião, crítica e fiscalização são conquistas sociais que oxigenam a democracia, pois renovam, fortalecem, aprimoram e expandem esse sistema político baseado na soberania popular.

Confira outros materiais desenvolvidos pela Revista Casa Comum sobre participação:

- Participação social: pilar da democracia.
>> Acesse: bit.ly/RCC_4_EmPauta3
- Participação popular na administração pública: um exercício de democracia.
>> Leia mais: bit.ly/RCC_4_Mobilize-se
- Política além do voto: conheça iniciativas de engajamento social e faça valer sua voz.
>> Confira: bit.ly/CasaComum_E4_68
- Advocacy é estratégia fundamental para garantir participação em uma sociedade democrática.
>> Acesse: bit.ly/RCC_08_28



Encontro da Coordenação Estadual de Territórios da Bahia.
Foto: Fabio Farani / Comunicação CET-BA

A experiência da Bahia

O estado da Bahia possui um modelo de gestão pública participativa que é referência para todo o país, a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia.

Em 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MAD) dividiu os estados brasileiros em Territórios de Identidade, uma congregação de municípios com características comuns, para promover a participação popular e qualificar a execução das políticas públicas.

De acordo com Leninha Alves, coordenadora geral da Coordenação Estadual dos Territórios (CET) do estado da Bahia, “muitos estados não conseguiram fomentar a divisão territorial como ponto-chave para fazer as políticas públicas chegarem a todos os municípios. Aqui, isso funciona há 20 anos.”

Assim, os Territórios de Identidade são unidades de planejamento de políticas públicas do Estado. Atualmente, existem 27 territórios baianos. Cada um possui um colegiado composto pela sociedade civil – como movimentos sociais, associações, cooperativas, grupos de jovens, de mulheres, de povos tradicionais, igrejas, universidades e organizações não governamentais –, e o poder público, a partir das prefeituras e secretarias.

Esses colegiados são a instância que organiza o Plano Plurianual (PPA), ou seja, as diretrizes e os objetivos estratégicos do governo. “Nós definimos o que o território precisa, qual a benfeitoria que o estado ou o município vai fazer, se vai construir agroindústria, se vai fazer capacitação, se vai criar policlínicas, ou priorizar a educação, por exemplo”, afirma a coordenadora.

Leninha explica que a Coordenação Estadual dos Territórios (CET), articulação de todos os colegiados do estado, monitora esse plano junto aos governos e às secretarias, vendo o que está sendo feito ou não, e se não foi feito, é verificado o que ocorreu. “Quando definimos o PPA, elencamos cinco prioridades de execução para cada território e acompanhamos de perto se isso está sendo cumprido”, ressalta.

Nossas cidades

Outra experiência de atuação territorial é a Rede Nossas Cidades, promovida pela organização sem fins lucrativos NOSSAS. A Rede é composta por iniciativas locais que têm por objetivo realizar ações por cidades mais justas, inclusivas e participativas, mobilizando as pessoas para atuarem ativamente nos processos de decisão municipais.

“O Meu Recife, Minha Jampa e Minha Campinas funcionam de maneira independente e voluntária e contam com fontes de financiamento próprias, mas compartilham com o NOSSAS as tecnologias e metodologias. Já o Meu Rio, Minha Sampa, Minha BH e Minha Manaus fazem parte da incubadora do NOSSAS e recebem recursos diretamente na organização”, explica Alice Almeida, mobilizadora do NOSSAS e integrante do Minha Manaus.

Segundo Alice, o DNA comum desses projetos é fiscalizar o poder legislativo e executivo. “Ficamos de olho nas pautas quentes das cidades que dizem respeito a políticas públicas e aos direitos sociais, especialmente, à justiça climática, racial e de gênero, que são nossos três eixos maiores de atenção”, afirma.

Uma forma de atuação são as campanhas de mobilização, “geralmente aquelas de resposta rápida e mensurável”, explica a mobilizadora. Essa é uma forma de mostrar para a população como a participação na política tem resultados práticos.

Nessas mobilizações, os projetos locais se articulam com os movimentos sociais da cidade, coletivos, outras organizações e, também, com ativistas, atores que sejam estratégicos para aquela pauta. Essa coalizão realiza diversas ações para pressionar os tomadores de decisão – prefeitos, vereadores, secretários, deputados e governadores –, associando diversas formas de luta, como campanhas digitais, manifestações na rua e agindo pela via institucional, dialogando com diversas instâncias, para assim influenciar na aprovação ou derrubada de decisões políticas.

Um exemplo bem-sucedido foi a campanha “Salve a Floresta Manaós”, que ocorreu, em 2023, na cidade de

Manaus. Um Projeto de Lei (PL) já aprovado na Câmara Municipal ameaçava a maior floresta nativa urbana do Brasil, a Área de Proteção Ambiental (APA) Floresta Manaós. A decisão reduzia a APA para a construção de um posto de gasolina.

“Identificamos uma série de irregularidades nesse projeto, tanto do texto em si, da forma como estava escrito, quanto na perspectiva ética e moral, pois além do desmatamento e delimitação da área protegida, falava-se também sobre a construção desse posto. Na ocasião, vimos que o próprio vereador, autor do Projeto de Lei, tem família ligada a esse comércio, à indústria de combustíveis”, conta Alice.

Como o PL já tinha sido votado, só o prefeito poderia impedir sua aplicação, vetando-o em até 15 dias úteis. Nesse período, foi articulada a campanha com muita mobilização popular e diferentes táticas de ação. “No último dia do nosso prazo, o prefeito soltou o posicionamento de que iria vetar. Mas a gente viu que era realmente muito fruto da nossa luta. A campanha articulou vários atores e agiu em muitas frentes. Então, acho que esse é um exemplo palpável de que a população precisa se posicionar e cobrar”, defende a mobilizadora.

Alice explica que há grandes desafios nessa atuação: um deles é o próprio acompanhamento das pautas públicas, pois apesar de as casas legislativas terem a obrigatoriedade de ter um *site* com a divulgação das discussões e votações, muitas câmaras e assembleias não publicam a tempo da população saber o que está acontecendo. Outro impeditivo é a dificuldade de compreender tanto o funcionamento das esferas do poder quanto os termos técnicos e jargões utilizados no meio político.

O professor Luiz Filipe afirma, porém, que a participação política é um processo pedagógico, um aprendizado. “A gente não vai sair de um nível zero de participação ali do sofá e sair desenvolvendo um milhão de coisas”. Ele aconselha que um caminho interessante é começar pelo que está próximo e é parte do dia a dia das pessoas, como a associação de moradores do bairro, o conselho de pais e mestres da escola dos filhos ou o da Unidade Básica de Saúde (UBS).

“É importante termos bandeiras, causas para lutar. Isso faz a gente se envolver de forma comunitária, dando um pouquinho de nós para poder construir no coletivo e cuidar desse jardim de todos”, defende o professor.



Fique por dentro

- Saiba mais sobre a política territorial da Bahia em: bit.ly/RCC_08_29
- Confira as ações do NOSSAS em: bit.ly/RCC_08_30
- Veja o material da campanha “Salve a Floresta Manaós”: bit.ly/RCC_08_31
- Leia a Carta Encíclica *Fratelli Tutti* na íntegra: bit.ly/RCC_06_14

NA PRÁTICA

EDUCAÇÃO POLÍTICA É CAMINHO PROMISSOR PARA RECUPERAR CRENÇA NA DEMOCRACIA

Conheça iniciativas de formação política e cívica que estimulam a participação cidadã de forma consciente e engajada.

Por Maria Victória Oliveira



Jovens durante atividades da Escola Comum. Foto: Divulgação Escola Comum

Mais de 2 milhões de jovens entre 16 e 18 anos tiraram seus títulos de eleitor em 2022, uma marca histórica. Apesar da boa notícia, a combinação entre mais pessoas votando e um sentimento de falta de representação e de desconfiança de políticos cria um cenário no qual se faz, mais do que nunca, urgente e necessário o investimento em educação política e para a democracia. A ideia é que todos e todas – inclusive os(as) jovens eleitores(as) que estão nos seus primeiros contatos com a política – possam exercer seus direitos com plenitude e consciência.

Mas o que seria, afinal, uma educação voltada aos princípios democráticos?

Para Wil Schmaltz, presidente da Escola Comum, iniciativa de formação em democracia para jovens, não é possível pensar uma educação para democracia sem considerar desafios históricos do Brasil, como a ditadura militar, o genocídio durante a colonização e o processo de escravidão. “A educação para a cultura democrática problematiza questões raciais, desigualdades de gênero, os espaços de poder e como a distribuição desse poder é feita na sociedade.”

Ele defende que a promoção de uma compreensão sobre história, política e democracia e seus contextos está diretamente relacionada com a participação cidadã.

Escola Comum

A Escola Comum é uma iniciativa de formação em democracia para jovens entre 16 e 19 anos das periferias e interiores do Brasil. Desde 2016, quando foi criada, a escola já formou mais de 400 jovens no curso gratuito, que aprofunda conceitos como direitos e democracia, economia e sustentabilidade, laboratórios de políticas públicas e desafios contemporâneos.

A faixa etária dos participantes não foi um acaso. Wil explica que o intervalo entre 16 e 19 anos, de jovens pré-universitários, representa uma fase em que meninos e meninas têm uma postura de maior abertura para o diálogo. Além disso, participar da formação da Escola Comum antes mesmo de ingressar no ensino superior possibilita maior proveito dos ensinamentos que a universidade tem a oferecer.

“Ao longo do curso, as turmas têm alguns desafios de incidência em suas comunidades. As soluções são geralmente desenvolvidas pelos próprios estudantes. À medida que a formação vai evoluindo e os alunos e alunas forem refinando suas perspectivas sobre os desafios discutidos em sala de aula, eles vão pensar em ações para trabalhar em grupo e incidir em suas comunidades, o que vai ganhando maior concretude com o passar das aulas”, explica.

“

Um trabalho de educação para democracia é um compromisso do mundo em reafirmar determinados valores e pensar criticamente como as coisas estão sendo feitas no momento. Então a única forma que a gente tem de recuperar esse prestígio é incluindo mais pessoas nesse debate.”

Conheça a seguir ações, movimentos e iniciativas que trabalham junto à população em prol de uma educação política.

Em 2024, a Escola Comum teve a aula inaugural da nova turma em março. Além disso, a equipe está em processo de criação de uma rede alumni, com o objetivo de manter os ex-alunos e ex-alunas engajados(as) nos propósitos que a Escola busca. “Vamos, ainda, lançar cursos livres para oferecer para a sociedade civil de forma geral, sem limite de idade. É uma estratégia para termos outra fonte de financiamento do projeto”, conta Wil.

Para o futuro, a Escola Comum estuda adaptar o curso para a formação política de jovens de classe alta, herdeiros de empresas e negócios familiares.

>> Conheça a Escola Comum: escolacomum.org

Encantar a Política

A iniciativa foi criada em 2020 em meio a um cenário de emergência diante da pandemia de Covid-19, agonia, retrocessos e um “povo triste e abatido”, como conta Sônia Gomes Oliveira, presidente do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB), uma das organizações que integra o Encantar a Política.



Sônia (à esquerda) em atividades do Encantar a Política juntamente com membros da presidência do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB) e membros da vice-presidência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Foto: Felipe Gomes

“Nas Escolas de Fé e Política e em nossos debates, víamos o pessoal falando que a política não tinha mais jeito. Jesus Cristo está na centralidade de nossos trabalhos a partir dos conceitos de vida, fraternidade e justiça social. No começo, falávamos muito sobre a necessidade de ‘reencantar a política’ a partir do resgate da democracia, já que as pessoas estavam desanimadas com a política. Como 2020 era um ano eleitoral, tínhamos essa ideia de apresentar alguma proposta concreta. Em determinada reunião, percebemos que o que realmente precisamos é encantar as pessoas, e aí surge toda essa proposta de encantamento com a política.”

Depois da elaboração de uma cartilha inicial usada em processos formativos com multiplicadores, Sônia conta que foi possível ver o “reacender de uma chama” com uma nova perspectiva para a política, a partir de uma linguagem simples e não impositiva que vinha sendo trabalhada.

Representantes de diversas organizações da igreja católica uniram-se, então, para transformar a cartilha inicial e criar

o Caderno Encantar a Política, uma publicação organizada em cinco capítulos que discute conceitos como ética da política, amor cristão, o cuidado para com a Casa Comum e um capítulo inteiro dedicado ao debate sobre eleições e democracia, a partir dos ensinamentos do Papa Francisco.

Para 2024, o Encantar a Política já está se mobilizando junto a diversos parceiros, entre eles a Revista Casa Comum, para desenvolver ações; entre elas está um curso de planejamento de campanha eleitoral em colaboração com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), a realização do Encontro Nacional de Fé e Política em abril, o desenvolvimento de um curso de multiplicadores na perspectiva do Encantar a Política de formar pessoas que multipliquem seus conceitos e, ainda, um trabalho de comunicação, com o lançamento de um site, cartilhas e textos, além da articulação com as Escolas de Fé e Política.

>> Acesse a publicação na íntegra: bit.ly/RCC_08_03

“

A linguagem utilizada pelo Papa Francisco na Carta Encíclica *Fratelli Tutti* fala de justiça social, de amor, de vida, desse modelo de democracia e do cuidado com o outro e com a Casa Comum, sem agressão, mas em um processo de diálogo. E eu gosto muito de uma frase dele que é: “Não precisamos ser muros, podemos ser pontes.” É a ideia de não precisar usar a fé ou a miséria do outro para falar sobre política”, explica Sônia.



Mateus Fernandes. Foto: Ingrid Barros

Formação política local

“Nosso corpo é político, mas eu não me via participando ativamente de construções.” A frase é de Mateus Fernandes, ativista climático e fundador da Corre, consultoria voltada para a evolução e suporte de projetos socioculturais e ambientais nas periferias. Com 23 anos e sendo o primeiro da família a ingressar no ensino superior, o jovem não cruzou os braços diante do sentimento de falta de representação na política.

Entre diversas ocupações e atuações, como a de secretário municipal de juventudes de Guarulhos, cidade da região metropolitana de São Paulo, Mateus decidiu usar sua experiência para criar um grupo de formação política de jovens ao longo de 2024.

Em contato com professores, educadores populares, coletivos, movimentos sociais e associações de moradores, ele é convidado ou se voluntaria para ir até escolas de diferentes bairros e regiões de sua cidade, a fim de entender a demanda de formação do local. O jovem conta

que o projeto preza pela segurança digital e política. Assim, durante a visita ao território, Mateus relaciona os contatos dos interessados em participar da formação e cria um grupo de WhatsApp de cada localidade, a fim de discutir possíveis temas, tirar dúvidas e marcar a data da formação, divulgada somente no grupo, para evitar intervenções externas no encontro. Outro cuidado é configurar o grupo para ter apenas mensagens temporárias, ou seja, tudo é apagado depois de 24 horas do envio. Cada grupo será mantido até a época das eleições como um espaço de debates.

Cada encontro é pensado de acordo com as necessidades específicas da região. O leque de formação é amplo: desde como tirar um título de eleitor, até como avaliar campanhas políticas nos *sites* de candidatos ou, até mesmo, como fazer denúncia de compra de votos.

“Minha motivação é incentivar que os jovens votem de forma mais consciente. Conheço pessoas próximas, familiares e amigos, que vendiam seu voto e isso é uma realidade que temos que mudar, ainda mais quando falamos sobre raça. Precisamos votar e conscientizar sobre os nossos direitos, pensando que a população jovem é a geração que tem essa esperança de revolucionar, de mudar.”

Sem qualquer caráter partidário, as formações devem começar no segundo semestre deste ano, com exceção de alguns encontros já previstos para o primeiro semestre, e se estender até outubro, na época das eleições. Para Mateus, trata-se de um esforço de valorizar também o olhar para o território, não somente para eleições em nível federal.

Escola Nacional Paulo Freire

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” A frase é do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, que dá nome à Escola Nacional Paulo Freire.

Os cursos livres e gratuitos são pensados não apenas para jovens de 17 a 25 anos, mas contam com sua participação na elaboração das propostas. Apesar de destinadas especialmente para as juventudes, as formações também recebem pessoas de outras idades que fazem parte do entorno da instituição.

“A missão da Escola é ser um espaço nacional de educação popular voltado prioritariamente para o meio urbano, com forte protagonismo da juventude, mas aberto a toda classe trabalhadora. É um espaço laboratorial de práticas de educação popular que busca fomentar e fortalecer a organização popular”, explica Thays Carvalho, da direção da Escola Nacional Paulo Freire.

Criada em 2019, a iniciativa oferece formação política, cultural e técnica, e os cursos se relacionam e dialogam

com os ensinamentos de Paulo Freire. “Educação e cultura têm uma relação umbilical na perspectiva freiriana. Então todos os cursos partem dessa concepção pedagógica. As formações buscam construir uma combinação entre teoria e prática, sendo que o ponto de partida é sempre a prática. Os tempos educativos buscam construir um processo dialógico, no qual educador e educando são sujeitos do processo educativo, tentando romper com essa perspectiva bancária de que só educador é o detentor do conhecimento”, defende Thays, reforçando que a Escola valoriza o conhecimento prévio dos participantes, que é usado como ponto de partida para a reflexão sobre os conteúdos.

Atualmente, a instituição funciona no bairro do Ipiranga, em São Paulo, e oferece cursos diversos, que vão desde formação de militantes de organizações populares, como curso de agentes populares, curso Realidade Brasileira, até propostas mais voltadas à capacitação técnica, como a escola popular de comunicação. Além disso, a instituição conta também com atividades culturais, como a Escola Popular de Teatro e o Projeto Escola Viva, com oficinas e apresentações artísticas e culturais.

>> Conheça a Escola:

www.instagram.com/escola.paulofreire/



EM PERSPECTIVA

A URGÊNCIA DA PAUTA SOCIOAMBIENTAL NAS PERIFERIAS URBANAS



Estragos e prejuízos aos moradores causados pelas chuvas em Belford Roxo, na Baixada Fluminense (RJ). Foto: Fernando Frazão / Agência Brasil

Por Tiaraju Pablo D’Andrea*

Pensar a pauta socioambiental nas periferias urbanas é urgente. Para tanto, há que se planejar e realizar políticas em escala global e local, onde, de fato, o governo municipal pode incidir. Isso porque nem todas as tragédias socioambientais ocorridas nas grandes cidades são originárias desses lugares, ainda que a precária condição metropolitana tenda a agravar esses fenômenos.

Esse debate deve começar pela certeza de que, no Planeta Terra, está tudo conectado. Um exemplo: o aquecimento dos oceanos, juntamente ao desmatamento na Amazônia, produz o aquecimento da atmosfera, alterando diretamente os regimes de chuva. Como desdobramento, alguns locais viraram desertos, enquanto outros sofrem com tempestades cada vez mais violentas.

É nesse ponto que a desigualdade social potencializa desarranjos ambientais, uma vez que, em periferias urbanas e favelas, as enchentes mostram seu lado mais cruel. Esses territórios, compostos por pessoas pobres, em sua maioria negras, estão cada vez mais adensados, com maior densidade demográfica, casas sobrepostas e aumento de barracos no fundo dos vales ao lado de córregos.

Nas periferias de São Paulo, por exemplo, é urgente a criação de piscinões e parques lineares que possam dar conta da vazão da água em épocas chuvosas. Em paralelo, é necessária uma política habitacional séria que realoque famílias moradoras de beira de córregos para habitações com condições dignas.

Se, por um lado, há enchentes, em momentos de aumento da temperatura, são os territórios periféricos e as favelas os que mais sofrem. Nesses locais, há a conjunção de pouca quantidade de árvores por metro quadrado com padrões de urbanização onde o cimento e o vergalhão se impuseram. A resultante são as ilhas de calor.

As periferias e as favelas necessitam de parques e praças, áreas verdes onde se possa brincar e respirar. Vento e ar que ocupe as casas e seque as paredes mofadas onde não bate sol e, consequentemente, aumentam as chances de incidência de tuberculose, por exemplo.

Outro debate fundamental a ser feito se refere à produção alimentar. Hoje, essa produção é hegemonizada pelo agronegócio e por empresas transnacionais que produzem alimentos de má qualidade, com altos índices de gorduras e agrotóxicos. Do mercadinho ao bar da esquina, é nas periferias urbanas e favelas onde mais se consome esse tipo de alimento.

Não é à toa que, nesses territórios, há um alto índice de diabetes, pressão alta e infarto. Enfim, doenças de pobres. Doenças de pessoas que passaram 60 anos se alimentando mal, trabalhando duro horas a fio nas piores condições, perdendo horas no deslocamento casa-trabalho-casa e dormindo pouco.

Cabe aos governos municipais aprofundar políticas de compra de alimentos produzidos pelos assentamentos da reforma agrária e pelas hortas urbanas. Há que se construir programas públicos de financiamento dos assentamentos e das hortas, para que estas possam produzir alimentos orgânicos, sem pesticidas ou agrotóxicos. Os alimentos

devem ser comprados por programas públicos para alimentar escolas e hospitais. O município também pode estimular a criação e a manutenção de postos de venda desses alimentos em periferias, comercializados a preços baratos e subsidiados para a população que mais precisa.

Essas políticas trariam, pelo menos, quatro benefícios: por um lado, diminuiria a força da cadeia econômica gerida pelos oligopólios do alimento; por outro, atacaria a ideologia de que somente os ricos e a classe média podem se alimentar com alimentos orgânicos; em terceiro plano, o mais importante dos benefícios: comendo bem e de forma saudável, a população mais pobre ganha em saúde e qualidade de vida. Por fim, a boa alimentação diminuiria o nível de adoecimento da população mais pobre, que passaria a onerar menos o sistema público de saúde. Cabe reforçar: a boa alimentação é política pública de saúde.

Se tudo está conectado, é necessário unir as lutas de populações ribeirinhas, povos originários, sem terras, quilombolas e moradores de periferias urbanas e favelas na pauta socioambiental contra a ação devastadora das grandes corporações capitalistas.

Do mesmo modo, periferias urbanas e favelas de distintas cidades devem sentir como suas quaisquer tragédias que atinjam pobres urbanos de qualquer localidade: da seca do Rio Negro na cidade de Manaus, no Amazonas, às enchentes no município de Nova Iguaçu, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Do avanço das mineradoras afetando a população da Serra em Belo Horizonte, em Minas Gerais, até a fumaça das queimadas que assola o pulmão dos moradores de Cuiabá, no Mato Grosso. Sem esquecer do afundamento de parte da cidade de Maceió, em Alagoas, também causado pelo capitalismo predador. Só a força organizativa desses territórios pode construir um futuro de paz e comunhão com o meio ambiente.

* **Tiaraju Pablo D'Andrea** é professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), coordenador do CEP (Centro de Estudos Periféricos) e membro do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (ProMusPP), da Universidade de São Paulo (USP). É formado em Sociologia, músico e morador da periferia Leste de São Paulo.

ESTAÇÃO CRIANÇA



Blitz realizada pelo Comitê das Crianças na cidade de Jundiaí (SP). Foto: Assessoria de imprensa da prefeitura

CRIANÇAS DE JUNDIAÍ (SP) ESTÃO TRANSFORMANDO A CIDADE COM SUAS IDEIAS

Experiência faz com que as vozes das crianças sejam ouvidas na construção de ações das prefeituras.

Por Mayara Penina,
do **COLO** – Coletivo de Jornalismo
Infantojuvenil*

Às vezes, dizem que crianças não entendem de política, mas isso não é verdade. Compartilhar brinquedos e entender que os espaços comuns são responsabilidade de todos já é um jeito de fazer política, por exemplo. E não é só nas eleições, em que só se pode votar aos 16 anos, que a política acontece. Crianças da cidade de Jundiaí, interior de São Paulo, provam que não só entendem do assunto, como também participam ativamente na transformação da cidade. Criado em 2019, o Comitê das Crianças é um espaço no qual suas vozes são ouvidas e atendidas.

Para participar, as crianças precisam se inscrever e há um sorteio para a seleção dos membros. "Nós nos reunimos na Fábrica das Infâncias para conversar sobre o que podemos mudar na cidade. Outro dia, falamos sobre ter mais árvores", explica Benício Correia, de 11 anos.

Ao final do ano, as crianças entregam um documento para o prefeito com seus desejos e sugestões. Entre os pedidos já feitos pelas crianças do Comitê e acolhidos pela Prefeitura estão a construção do Mundo das Crianças, para que elas tivessem na cidade um espaço de brincadeiras, inclusive com água; o Dia do Brincar, em que as crianças vão à escola somente para brincar; o programa Pé de Árvore, para garantir que haja mais árvores na cidade e o "De Olho na Faixa", zonas no entorno das escolas em que os carros devem ter velocidade reduzida.

Laura Lange, de 11 anos, diz: “É gostoso porque não é obrigatório, é algo que escolhemos fazer. Gosto de ajudar a cidade. Se eu não quero participar, tudo bem, não preciso me inscrever, mas eu quero participar.”

Benício explica que o comitê é feito para reunir informações das crianças e fazer com que os adultos entendam as opiniões delas. “Se, pelo menos, os prefeitos de três cidades conseguissem fazer um comitê como o de Jundiá, já melhoraria bastante coisa.”

Enzo do Nascimento, de 11 anos, recorda outra atividade marcante para ele. “Foi no Hospital Universitário, durante a minha primeira visita. Conseguimos torná-lo mais colorido. Ninguém gosta de ver um quarto de hospital com aquelas cores brancas. Agora está muito mais animado. Trouxeram mais brinquedos e coisas novas para a brinquedoteca. Até uma casinha de boneca.”

Essa visita resultou em um comitê de escuta no Hospital Universitário para ouvir crianças internadas. “Uma arte-educadora ouve semanalmente as crianças para que o hospital possa rever suas práticas e atendimentos. Entendemos que as crianças que estão internadas precisam ser ouvidas”, explica Adriana Uemori, assessora de políticas para infâncias de Jundiá e articuladora do Comitê das Crianças.

A pesquisadora Sara Bridi, doutoranda em Comunicação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), explica que a democracia vai além das eleições e inclui todas as idades. “As crianças podem dar suas opiniões, se mobilizar por causas pequenas ou grandes, como melhorar a escola ou o bairro, ou chamar a atenção dos governantes para políticas verdes. A ativista Greta Thunberg, por exemplo, começou a se envolver com o tema do aquecimento climático aos oito anos. Aqui no Brasil, Rhenan Cauê, também aos oito anos, mobilizou sua cidade para recuperar o córrego Brejinho, afluente do rio Araguaia, em Araguatins (TO)”, conta Sara, que também é jornalista.

Dar a nossa opinião sobre a escola, a cidade ou o país é direito das crianças porque existem leis que falam especificamente da infância e que garantem essa participação na política. Duas delas são a Convenção dos Direitos das Crianças da Organização das Nações Unidas (ONU) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ao participar das decisões públicas, as crianças estão exercendo esse direito e ajudando a construir um lugar melhor para todos. “Ao entender mais sobre política, descobrimos que um projeto de governo de médio e longo prazo é muito mais importante que uma promessa de campanha”, explica Sara.



Encerramento do 1º Encontro Brasileiro de Cidades das Crianças e o Fórum Internacional das Infâncias, em março de 2023, em Jundiá (SP). Foto: Assessoria de imprensa da prefeitura

Afinal, o que é participação social e democracia?

Na democracia, as pessoas escolhem quem vai tomar decisões importantes para todos. A participação social é quando todos dão suas opiniões sobre o que é fundamental, colaborando para fazer algo legal acontecer da melhor maneira possível.

Como as crianças estão transformando suas cidades pelo mundo

Sara conta que suas pesquisas mostraram diversas formas de participação social das crianças. Um delas é o *Army Help the Planet*, fã-clubes do BTS, grupo musical sul-coreano, que atuou contra Donald Trump (que era presidente dos EUA entre os anos de 2017 a 2021) e incentivou os jovens de 16 e 17 anos a votarem no Brasil na eleição de 2022, mesmo não sendo obrigados a isso.

Eles não concordavam com algumas decisões do presidente Donald Trump, que estava tentando ser reeleito. Então, falaram sobre isso, estimulando as pessoas, especialmente os jovens, a votarem nas eleições para eleger um novo presidente. No Brasil, em 2022, eles também fizeram a mesma coisa, com uma campanha encorajando as juventudes a participarem, votarem e serem ativas na construção do futuro.

“

São muitas as possibilidades. Até me empolgo ao falar do assunto. Precisamos estar mais abertos a enxergá-las como necessárias, valorizá-las e apoiá-las”, defende a jornalista.

Experiências inspiradoras para participar

- **Plenarinho em Brasília:** imita o funcionamento do Congresso Nacional, onde trabalham os deputados e senadores, com crianças. bit.ly/RCC_08_34
- **Mini ONU (Organização das Nações Unidas) da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de Minas Gerais:** semelhante ao Plenarinho, mas focado em política internacional, ou seja, envolvendo vários países. bit.ly/RCC_08_35
- **Projeto Prefeito e/ou Vereador Mirim:** realizado em várias cidades pelo país, tem a proposta de levar os alunos para vivenciar um pouco as responsabilidades de uma prefeitura e/ou uma câmara de vereadores e contribuir com sugestões. Exemplo de iniciativa: bit.ly/RCC_08_36
- **Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA):** a iniciativa, que teve início em 2003, é direcionada para estudantes do Ensino Fundamental II, e tem início nas escolas. Em seguida, passa para as esferas municipal, estadual e nacional. Entre junho e julho de 2024, deverá ocorrer a sexta edição. bit.ly/RCC_08_37
- **Participação de crianças na criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):** foram realizadas audiências públicas, e crianças e adolescentes foram ao Congresso Nacional pressionar os deputados pela aprovação. bit.ly/RCC_08_38
- **Planos Municipais pela Primeira Infância em diferentes cidades:** em muitos municípios, os planos foram construídos com a participação de crianças, como Fortaleza (CE), Rio de Janeiro (RJ) e Nova Iguaçu (RJ). Exemplo de Nova Iguaçu: bit.ly/RCC_08_39
- **Projeto Criança Pequena em Foco no Rio de Janeiro:** realizado no bairro Manguinhos, envolveu crianças e adultos para melhorias locais. bit.ly/RCC_08_40
- **Miúdos a Votos em Portugal:** imita o processo eleitoral com crianças, utilizando livros como candidatos. bit.ly/RCC_08_41

*O **COLO** foi criado em fevereiro de 2022 por jornalistas e comunicadores que atuam em conteúdos midiáticos dirigidos a crianças e adolescentes e por pesquisadores da área. Conheça em: www.coletivocolo.com.br

MOBILIZE-SE



Vigília realizada durante a Campanha Eu Voto pela Amazônia.
Foto: Webert da Cruz / OLMA - Observatório de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida

FERRAMENTAS PARA INCIDÊNCIA JUNTO AOS(ÀS) CANDIDATOS(AS): A AÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Conheça diferentes experiências de sensibilização e diálogo com as candidaturas no período eleitoral

Por Isadora Morena

Anos eleitorais são períodos privilegiados para a população no geral e, em especial, as organizações da sociedade civil avançarem em debates estratégicos e pressionarem os candidatos e as candidatas sobre pautas de relevância pública.

As estratégias de incidência política podem ser várias, desde cartas-compromisso, debates com os candidatos, rodas de conversa com comunidades, entre outras. Conheça iniciativas que aproveitam esse momento para promoverem atividades, se envolva em alguma delas ou se inspire para fazer algo similar por sua causa.



Evento de assinatura da Carta Compromisso pelo Direito à Educação nas Eleições de 2022. Foto: Joyce Cury

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Atuante há mais de 20 anos, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação é um movimento social que advoga pelo direito de todas as pessoas à educação pública de qualidade, desde a educação infantil até o ensino superior. A Campanha busca promover políticas públicas que garantam o acesso, a permanência, a qualidade e a equidade na educação brasileira. A organização trabalha para sensibilizar a sociedade civil, mobilizar a população e pressionar os governos em todas as esferas para garantir o pleno cumprimento do direito à educação estabelecido na Constituição brasileira.

Dessa forma, a Campanha tem um histórico de intensa atuação durante os períodos eleitorais, buscando garantir o comprometimento das candidaturas com o direito à educação. Suas ações incluem debates com candidatos, elaboração de cartas-compromisso e outras iniciativas de sensibilização e interlocução. Essas ações visam analisar criticamente as propostas das candidaturas, promover o diálogo com a sociedade civil e influenciar agendas políticas em prol da educação de qualidade.

Durante as eleições de 2018, a Campanha lançou o Compromisso com a Educação Pública e de Qualidade para Todas e Todos, em que as candidaturas eram convidadas a assumir o compromisso público com políticas que garantissem a qualidade da educação a partir do financiamento adequado

Em 2020, durante a pandemia, produziu o *Guia Covid-19 Eleições Municipais*. O documento apresentava 34 recomendações que demandavam um compromisso das candidaturas eleitas com um processo de planejamento democrático que envolvesse a sociedade civil organizada e as escolas, a partir de suas comunidades e conselhos. O documento resultou em cartas-compromissos e eventos públicos.

Nas eleições de 2022, a Campanha desenvolveu a "Carta Compromisso pelo Direito à Educação" assinada por mais de 500 candidaturas. Junto a outras organizações, contribuiu com o manifesto #MeninasDecidem pelo Direito à Educação, documento que aglutinava "demandas para a educação de meninas negras, indígenas, quilombolas, do campo, das periferias, trans, travestis e com deficiência", afirma Tânia Dornellas, assessora de *advocacy* da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Para as eleições de 2024, a Campanha planeja fortalecer pautas como o aumento do financiamento público para a educação básica, valorização dos profissionais de educação e ampliação dos processos participativos na gestão e avaliação das políticas educacionais. A principal ação para o período é a realização da Semana de Ação Mundial sobre o novo Plano Nacional de Educação, que contará com *lives*, seminários, palestras e rodas de diálogo para comprometimento das candidaturas e assinatura de compromissos públicos.

>> Conheça a iniciativa: bit.ly/RCC_08_10 ➡

Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil

Com dez anos de existência, a Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil é uma rede vinculada à Igreja Católica com atuação na Amazônia Legal que tem por objetivo promover a vida, por meio do cuidado dos povos, territórios e ecossistemas amazônicos e do desenvolvimento da consciência da importância da Amazônia para toda a humanidade.

Em 2022, a REPAM-Brasil lançou a campanha “Eu voto pela Amazônia” visando trazer a pauta da Amazônia para o centro do debate político. A campanha teve o objetivo de sensibilizar as pessoas sobre a importância de participar ativamente das decisões políticas e de considerar o impacto dos projetos dos candidatos e das candidatas na preservação da Amazônia e no respeito aos direitos dos povos que habitam esse bioma.

A campanha disponibilizou subsídios para que as comunidades locais realizassem atividades diversas, como rodas de conversa e de estudos das candidaturas, além de materiais para a construção e cobrança de propostas para a Amazônia. Foram desenvolvidas ações como vigílias pela Amazônia, a assinatura de cartas-compromissos e debates em diferentes territórios amazônicos.

Em 2024, a campanha continua, agora pensando nas políticas municipais. Serão, portanto, disponibilizados tanto materiais de estudo quanto para mobilização nas comunidades e via redes sociais. A ideia é que não só os moradores da Amazônia reflitam sobre a necessidade de cidades ecológicas e sustentáveis, mas também todo o povo brasileiro. Além disso, é desejo da REPAM-Brasil “despertar outros biomas a pensar em políticas para o seus territórios, inspirando campanhas como ‘Eu voto pelo Cerrado’, ‘Eu voto pela Caatinga’, ‘Eu voto pela Mata Atlântica’, ‘Eu voto pelo Pampas’”, afirma Dorismeire Almeida de Vasconcelos, articuladora de incidência da REPAM-Brasil.

>> Conheça a campanha em: bit.ly/RCC_08_43 ➡

Pacto pela Democracia

O Pacto pela Democracia é uma coalizão criada em 2018 e que congrega mais de 200 organizações e atores sociais de todo o espectro ideológico para aumentar a capacidade da sociedade civil de defender e revigorar a democracia no Brasil.

Desde sua criação, tem se empenhado em ações de incidência política em defesa das eleições, do aprimoramento do processo eleitoral e do monitoramento

de possíveis ameaças à sua normalidade, como visto na Vigília Cívica da Sociedade Civil em Defesa da Democracia durante as eleições de 2022 e na Plataforma Eleições Melhores, que, desde 2019, reúne iniciativas da sociedade civil organizada para a qualificação das eleições.

A coalizão considera que em 2024 serão as maiores eleições da história da democracia brasileira. A organização estará focada em “promover ações em rede e campanhas para fortalecer e reafirmar a defesa do sistema eleitoral e da integridade das eleições”, afirma Arthur Mello, coordenador de *advocacy* do Pacto pela Democracia.

Em janeiro de 2024, o Pacto pela Democracia lançou uma agenda estruturada em seis pilares fundamentais para a defesa do Estado Democrático de Direito, intitulada “Faça a Democracia Forte”, que norteará as ações que serão desenvolvidas pela organização ao longo do ano. O documento “aponta para a urgência de que sejam desenvolvidos mecanismos robustos para garantir o fortalecimento do processo eleitoral, principalmente o envolvimento ativo da sociedade civil e combate à desinformação e a conformação de espaços permanentes de participação social na justiça eleitoral”, declara Arthur.

>> Conheça a iniciativa: bit.ly/RCC_08_44 ➡ e bit.ly/RCC_08_45 ➡

Articulação Nacional de Agroecologia

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), estabelecida há duas décadas, surgiu em 2002 após o Primeiro Encontro Nacional de Agroecologia no Rio de Janeiro. Desde então, tem sido ativa na incidência política. Com a crise política, no Brasil em 2016, e a ascensão de um governo de extrema-direita, os canais de diálogo com o Estado foram fechados, desafiando a ANA a repensar sua abordagem política em um ambiente hostil.

Em resposta, a ANA concentrou seus esforços nos territórios locais, visando reconstruir sua força política de baixo para cima. Durante as eleições municipais de 2020, desenvolveu a ação “Agroecologia nas Eleições”. Em uma grande mobilização, identificou mais de 700 políticas municipais de apoio à agroecologia e, a partir dessa pesquisa e sistematização, promoveu diálogo com as candidaturas do pleito municipal.

De acordo com Flávia Londres, secretária executiva da ANA, a ação resultou em mais de 1.200 candidatos e candidatas comprometidos com políticas de apoio à agroecologia a partir da assinatura de uma carta compromisso. Desse montante, cerca de 10% venceram as eleições.



Estratégias de incidência política é tema de discussão da Plenária 2023 da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Foto: Divulgação ANA

Dessa forma, a organização enfrentou o desafio de dar continuidade ao compromisso assumido pelos candidatos eleitos. Isso levou ao desenvolvimento da ação “Agroecologia nos Municípios”, visando construir políticas municipais de apoio à agroecologia em colaboração com gestores locais e grupos da sociedade civil.

Em 2024, a Articulação está planejando uma nova ação de incidência nas eleições municipais, destacando a importância da defesa da democracia e da

conscientização política, especialmente entre populações vulneráveis.

Todo o conhecimento e materiais produzidos pela ANA estão disponíveis em seu site, demonstrando seu compromisso com o trabalho coletivo e a disseminação de informações para fortalecer a luta política em prol da agroecologia.

>> Confira os materiais em: bit.ly/RCC_08_47 ➡ e bit.ly/RCC_08_48 ➡

Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC)

A Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC) é um movimento que surgiu em 2019 no Brasil, reunindo diferentes atores da sociedade, como parte de uma iniciativa global inspirada pelos ensinamentos do Papa Francisco. Esse movimento visa promover uma economia mais justa, solidária e sustentável, em linha com os princípios da Encíclica *Laudato Si’*.

Com o objetivo de incidir politicamente nas eleições, em 2022, a ABEFC elaborou uma carta compromisso intitulada “Eleições 2022: Realmar a Economia para que esteja a serviço da vida!”. O documento continha “alternativas não apenas necessárias, mas possíveis e urgentes para colocar o Estado a serviço da vida”, afirma a organização.

Compreendendo a importância de uma nova economia para a transformação das cidades brasileiras, a Articulação está desenvolvendo uma nova ação, que tenha uma carta compromisso como subsídio para a mobilização dos territórios e comunidades.

A estratégia dessa ação envolve motivar a participação popular nas eleições, reconhecendo a diversidade dos municípios brasileiros e a importância da discussão localizada. O primeiro momento da campanha será para criar núcleos locais a partir da educação popular, do trabalho de base e da comunicação. Em seguida, a carta será levada para as candidaturas.

Segundo Peterson Prates, do secretariado nacional da ABEFC, a agenda defendida na carta incluirá o resgate do orçamento participativo, a descentralização das políticas públicas, o combate às privatizações e a promoção da economia solidária, com foco especial nos mais pobres.

>> Conheça a iniciativa: bit.ly/RCC_08_49 ➡

AGENDA DE PRESSÃO



Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e Ministros visitam o ambiente do Teste da Urna, em 2023. Foto: Alejandro Zambrana / Secom / TSE

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2024 E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O PAPEL DO CIDADÃO NO PLEITO

Por Luigi Mauri, da Pulso Público

As eleições municipais são cruciais para a democracia, pois permitem que os cidadãos participem diretamente da escolha dos líderes que governarão suas comunidades, lidando com questões cotidianas como infraestrutura, serviços públicos, educação e saúde. É no nível municipal que a maior parte das políticas públicas são aplicadas, impactando diretamente a vida dos cidadãos.

Nas eleições municipais, os prefeitos são eleitos por meio do sistema majoritário de votação, a partir do qual o

candidato com o maior número de votos válidos é declarado eleito. Já os vereadores são escolhidos pelo sistema proporcional, em que os votos são distribuídos entre os partidos, e não diretamente aos candidatos.

No sistema proporcional, o eleitor acaba por votar no partido, e não apenas diretamente em seu candidato para vereador. Isto porque os partidos recebem vagas de acordo com o quociente eleitoral, que é calculado dividindo o número de votos válidos pelo número de cadeiras em disputa dentro da Câmara dos Vereadores da cidade. Em seguida, é calculado o quociente partidário, que determina quantas cadeiras (vagas de vereador) cada partido terá direito. Portanto, quanto mais votos um partido tiver, maiores serão suas vantagens numéricas na Câmara e maior a capacidade de articulação para suas pautas de interesse.

Os eleitores precisam estar atentos, pois o quociente partidário tem implicações para a representatividade, a capacidade de articulação política, a governabilidade e o processo de fiscalização no sistema político. Ao votarem, devem considerar não apenas os candidatos individuais, mas também o impacto de suas escolhas no equilíbrio de poder entre prefeitura e Câmara dos Vereadores.

Quando escolhemos um vereador de determinado partido e um prefeito de outro partido, isso pode afetar a dinâmica de trabalho e colaboração entre esses representantes eleitos, além de gerar atrasos na aprovação de projetos importantes, disputas políticas e, até mesmo, paralisia legislativa.

Polarização política e o horizonte para as eleições de 2026

Com as eleições municipais de 2024 se aproximando, as pesquisas já indicam os principais concorrentes às prefeituras, embora a lista oficial de candidatos só seja revelada em agosto deste ano, prazo para registro das candidaturas na Justiça Eleitoral.

Em algumas cidades, destaca-se a disputa entre candidatos alinhados politicamente ao atual Governo Federal ou à última gestão da Presidência da República. Ao liderar as principais candidaturas às prefeituras, os partidos PT e PL buscam repetir a corrida eleitoral de 2022 nas cidades e formar um cenário de tentativa de polarização das eleições municipais.

Nesse contexto, tanto por parte do governo, quanto da oposição, há especial interesse e maior tensão sobre alguns candidatos que são pontos focais. Isto porque, se eleitos às prefeituras, eles podem se constituir em interlocutores estratégicos centrais para as eleições de âmbito federal em 2026.

O discurso de polarização agrada os grandes partidos e candidatos que replicam argumentos de alcance nacional à realidade local das cidades. Na prática, isso serve apenas para acirrar disputas, com poucos ganhos para o eleitor que vive problemas reais. Se, por um lado, as principais capitais brasileiras refletem a tese da polarização, a dinâmica política das pequenas e médias cidades permanece circular e, sujeita, inclusive, a parcerias de chapa entre partidos de direita e de esquerda – sem maiores constrangimentos.

Na grande maioria dessas cidades, a predominância não é de grandes partidos, mas sim do PSD (Partido Social Democrático), que atualmente é o partido com a maior capilaridade nas cidades. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atualmente são 968 chefes de executivos municipais filiados à sigla.

Diante desse cenário apresentado, é necessário ter cautela ao afirmar que a disputa deste ano, na maior parte dos municípios, repetirá as dinâmicas da disputa de 2022.

O papel dos cidadãos nas eleições municipais de 2024

Para além de polarizações vagas que dizem pouco respeito à vida prática dos cidadãos, existe uma agenda possível para que os próprios eleitores atuem politicamente e cobrem de seus candidatos.

Antes, durante ou depois das eleições, o engajamento comunitário pode ser um pressuposto básico para a participação política. É impossível participar da política sem conhecer os detalhes da realidade local em que se vive. A busca por informações sobre a realidade do transporte público, das escolas e da saúde básica de um bairro são pontos de partida para a consciência política que pode mobilizar apoio a candidaturas.

Se forem eleitos, os vereadores e prefeitos devem manter canais abertos de comunicação com seu público. É por meio desses meios (sejam *e-mails* institucionais, telefones de gabinetes ou redes sociais) que os eleitores podem cobrar a coerência de seus políticos favoritos. Principalmente em uma realidade virtual bastante difundida e capilarizada, os eleitores podem utilizar a comunicação em rede a seu favor.

Assim, desde o acompanhamento dos serviços públicos das cidades, passando pelo engajamento nas eleições e o pensamento crítico em relação ao voto, são atitudes fundamentais dos cidadãos e eleitores.

CIDADANIA DIGITAL

POLÍTICA E CAMPANHA ELEITORAL NA ERA DIGITAL

Por Darlei Zanon*

Com a eleição de Barack Obama como presidente dos EUA, no ano de 2008, vimos iniciar uma nova era na política mundial, com candidatos e partidos abraçando plenamente as comunicações digitais como recurso essencial para informação, interação e integração social. Obviamente a televisão, que, por décadas, reinou com grande estilo, continua tendo papel de relevância, mas agora são as redes sociais e a tecnologia digital, especialmente a inteligência artificial, que ganham protagonismo, também no mundo da política.

Em sua campanha, Obama compreendeu que o mundo tinha mudado e que para se eleger seria preciso um planejamento diferente e uma estratégia específica para os ambientes digitais, com metas e objetivos próprios, servindo-se de recursos digitais para alcançá-los. Compreendeu que, com praticamente todos os eleitores *on-line*, deixando à disposição suas informações e dados, era relativamente fácil identificar os diferentes perfis e se dirigir a cada um de um modo específico e convincente, para não dizer manipulador.

Paralelamente à campanha tradicional, os estrategistas de Obama tiveram a excelente intuição de impulsionar

uma campanha não apenas planejada e coordenada de cima para baixo, mas, sobretudo, com ações realizadas por pessoas comuns e anônimas, em ambientes digitais. Associada a essa estratégia, estava a utilização da inteligência artificial e da analítica do *big data*.

Com o avanço, tanto da inteligência artificial quanto do *big data*, vimos, alguns anos depois, em 2016, na eleição de Donald Trump, o auge da digitalização da política, com um impressionante monitoramento e utilização de dados, e o uso de tecnologia digital para distribuir informações, atacar adversários e criar falsos contextos de opinião e de apoio de base. Às redes sociais, portanto, se acrescentaram diversos comportamentos automatizados de distribuição de informação digital, que também foram utilizados no Brasil, ao menos desde 2018: a campanha de Bolsonaro inovou na utilização de uma rede social específica, o WhatsApp, auxiliado por um sistema de plataformas digitais e diversos *sites* "noticiosos" (muitos deles repletos de notícias falsas, as famosas *fake news*).

Enquanto os adversários continuavam a apostar nas estratégias tradicionais de campanha, como o poder da mobilização nas ruas e o maior tempo de antena na televisão, Bolsonaro convenceu a população por meio de mensagens digitais, explorando as oportunidades oferecidas pelas redes sociais digitais, espaços abertos e ainda sem uma regulamentação clara, sobretudo no campo ético (o PL 2.630/20 ou PL das *Fake news* é um esboço, mas está longe de dar respostas definitivas).

A campanha no WhatsApp foi muito eficaz porque apresentou significativas inovações, como ser horizontal, funcionar independentemente da campanha oficial, apoiar-se em uma infraestrutura de grupos hiperativos, ter enorme capilaridade e um alcance inigualável, com velocidade de difusão acelerada. Além disso, não é "controlada", podendo-se mentir, falsificar, forjar, inventar, criar, manipular... tudo isso com pouca probabilidade de punição.

Em ano eleitoral como 2024, é fundamental compreender que estamos vivendo uma nova era da política, com novas estratégias eleitorais e espaços de campanha, infinitamente mais potentes que os tradicionais. A cultura digital, com destaque para as redes sociais, caracteriza-se como a forma principal da esfera pública, política e cultural hoje. Os ambientes sociais são espaços de convivência nos quais todos nós transmitimos e consumimos informações e conteúdos diversos, locais onde nos expressamos e manifestamos, onde nos relacionamos

e influenciados (ou somos influenciados). Impossível pensar no futuro da sociedade sem a dimensão digital, por isso é impossível pensar no futuro da política sem a sua dimensão *on-line*, entendida como ambiente de informação, interação e integração.

Nesse sentido, é fundamental também pensarmos em valores e ética, além da tecnologia. Existem inúmeras

experiências de utilização das novas tecnologias para o bem comum, mas quando pensamos no campo político é difícil superar a visão da "manipulação" e das *fake news*, do benefício pessoal em detrimento ao coletivo. Eis um desafio para a educação e para os agentes sociais, sobretudo, em ano eleitoral: mobilizar a visão crítica e o acompanhamento e a discussão da política, muito além do período de campanha.



Como identificar notícias falsas

Não seja manipulado nas próximas eleições! Preparamos um passo a passo que pode ajudá-lo a identificar uma *fake news* e não ser enganado:

- 1. Considere a fonte da informação:** quem publicou a notícia?
- 2. Cheque os autores:** quem escreveu a notícia?
- 3. Leia além do título:** há exagero ou manipulação?
- 4. Procure fontes de apoio:** parece muito incrível para ser verdade?
- 5. Consulte especialistas:** outras pessoas, independentes e com conhecimento, confirmam tal informação?

6. Cheque a data da publicação: a história ainda é relevante e está atualizada?

7. Question se é uma piada: será uma simples brincadeira ou piada?

8. Interesses ocultos: por que esta notícia chegou até mim? Quem ganha se eu a compartilhar?

9. Revise seus preconceitos: será que meu julgamento ou ideais não estão prejudicando minha interpretação do texto?

10. Senso crítico e bom senso: como me sinto ao ler tal notícia? Vale a pena passá-la adiante?

Estamos diante de novos desafios que se assemelham em alguns aspectos aos do início da televisão e que foram amplamente estudados pelas escolas tradicionais da teoria da comunicação, mas que, por outro lado, são inéditos e, por isso, exigem atenção e cuidado, com análise detalhada e prudente dos seus impactos e consequências. Mecanismos de persuasão e propaganda sempre existiram, assim como as *fake news* e as estratégias de manipulação, mas o digital amplia de modo exponencial o seu poder e abrangência.

A questão fundamental, hoje, talvez consista em como passar de um uso da tecnologia e da inteligência artificial em proveito de interesses privados ou particulares para o seu emprego em benefício geral da sociedade, estando a serviço de governos mais democráticos e de políticas públicas mais participativas? Algo para se ter em particular atenção ao longo deste ano, para não sermos "surpreendidos" por uma campanha decidida por máquinas e algoritmos, em benefício de interesses obscuros e não em prol da população. Fique atento!

***Darlei Zanon** é assessor editorial e autor da Paulus Editora. Jornalista, teólogo e mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).

Saiba mais



Conheça *sites* e ferramentas que você pode pesquisar sobre transparência, participação e boa gestão pública:

- **Aplicativo O Poder do Voto:** possibilita interagir, comunicar e cobrar deputados(as) e senadores(as) eleitos(as). Acesse: www.poderdovoto.org
- **Operação Serenata de Amor:** projeto que usa inteligência artificial com a finalidade de fiscalizar gastos públicos e compartilhar as informações de forma acessível a qualquer pessoa. Acesse: bit.ly/RCC_08_51
- **Plataforma E-democracia:** plataforma governamental de transparência e participação popular criada pela Câmara dos Deputados. Acesse: www.edemocracia.leg.br

Jovem estudante navegando pela internet em seu celular.
Foto: Antônio Cruz / Agência Brasil

RETRATO BRASIL



BLOCO LARANJA: DEZ ANOS DO LEVANTE DOS GARIS CARIOCAS

Por Rafael Vilela*

A emblemática greve dos garis cariocas completa uma década em 2024. Num país sem memória, em que conquistas e derrotas sociais se dissolvem rapidamente no tempo, é essencial recordar esse levante popular, simultaneamente violento e envolvente, que desafiou as estruturas brasileiras e, contra todas as probabilidades, emergiu vitorioso, infligindo uma derrota à Prefeitura do Rio de Janeiro, à Comlurb (empresa de gestão de resíduos municipal) e ao próprio sindicato da categoria, contrário à greve.

Durante oito dias, os garis se organizaram pelas redes sociais e pararam suas atividades, impactando o icônico carnaval do Rio de Janeiro e expondo ao mundo montanhas de lixo nas ruas e avenidas da cidade. Além de uma greve trabalhista e de classe, foi um movimento simbólico: os garis conquistaram não apenas as ruas, mas também os corações e mentes da população, sambando em meio às adversidades, apesar das tentativas de difamação por parte dos veículos de comunicação da Rede Globo, que os retratavam como vândalos e preguiçosos.

O "bloco laranja", formado, em sua maioria, por homens e mulheres negras das periferias do Rio de Janeiro, desfilou

pela cidade de forma lúdica e, dessa maneira, garantiu um aumento salarial de 37%, um feito sem precedentes em nossa história recente.

Dez anos após esse episódio marcante, é vital resgatar suas lições para o futuro da política brasileira. A greve dos garis não apenas evidenciou a resistência e a organização dos trabalhadores, mas também destacou a importância da politização através da celebração, a tão narrada e pouco praticada carnavalização da política.

* **Rafael Vilela** é fotógrafo e jornalista. Foi um dos fundadores da Mídia NINJA e, atualmente, documenta a crise climática e social no Brasil para veículos como a revista National Geographic e o jornal The Washington Post. Suas fotografias, de Junho de 2013, entraram para o acervo permanente do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP) em 2014. Em 2020, seu trabalho com o coletivo Covid Latam foi premiado no Pictures of The Year Latino America e Word Press Photo Book Award. Em 2022, seu projeto Ruínas Florestais foi finalista do prêmio Leica Oskar Barnack e vencedor das bolsas Catchlight Global Fellowship e National Geographic Explorer. Em 2023, participou como fotógrafo do Washington Post na reportagem "The Amazon, Undone", vencedora do Overseas Press Club, George Polk e finalista do prêmio Pulitzer de Jornalismo.









VULNERABILIDADE PODE SER SUPERADA

Acolher, cuidar e defender quem mais precisa é o nosso propósito.

Junte-se a nós para dar oportunidades a milhares de pessoas todos os dias.



Doe Agora



Conheça o Sefras!
Siga nossas redes sociais
@sefras.org.br
www.sefras.org.br



Acesse a Trilha de Saberes da 8ª edição



www.revistacasacomum.com.br

     @RevistaCasaComum

Realização



Coordenação editorial



Apoio



PAULUS
SOCIAL



ABeducom

